

**FILIPE GOLZER FERNANDES**

**O ENUNCIADO “EDUCAÇÃO SEXUAL” EM ESCOLAS ESTADUAIS DE  
NAVIRAÍ - MS (1998-2021): HISTÓRIA E DISCURSOS**

**Dourados-MS**  
**2023**

**FILIPPE GOLZER FERNANDES**

**O ENUNCIADO “EDUCAÇÃO SEXUAL” EM ESCOLAS ESTADUAIS DE  
NAVIRAÍ - MS (1998-2021): HISTÓRIA E DISCURSOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Linha: História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani.

**Dourados-MS  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

F363e Fernandes, Filipe Golzer  
O enunciado "Educação Sexual" em escolas estaduais de Naviraí-MS (1998-2021): História e Discursos [recurso eletrônico] / Filipe Golzer Fernandes. -- 2023.

Orientadora: Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani.  
Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

1. Discurso. 2. Livros de ocorrência. 3. Sexualidade humana. 4. Enunciado. 5. Grafitos. I. Ziliani, Rosemeire De Lourdes Monteiro. II. Título.

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**

**FILIPE GOLZER FERNANDES**

**O ENUNCIADO “EDUCAÇÃO SEXUAL” EM ESCOLAS ESTADUAIS DE  
NAVIRAÍ - MS (1998-2021): HISTÓRIA E DISCURSOS**

**COMISSÃO JULGADORA**

---

Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Presidente (Orientadora)

---

Profa. Dra. Lauren de Lacerda Nunes  
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)  
Membro Titular

---

Profa. Dra. Míria Izabel Campos  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Membro Titular

---

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Membro Suplente Interno

*Dedico aos meus pais que sempre incentivaram e proporcionaram os meus estudos, aos meus colegas professores que persistem na luta de uma educação de qualidade, aos meus eternos alunos que sempre foram peças fundamentais no meu desejo de prosseguir pesquisando e aos meus amados Benjamin, Romeu e Helena que me ampararam, deram carinho e suporte em toda a trajetória de estudo e escrita e aos pesquisadores em Educação que não medem esforços para buscar seus objetivos.*

## **AGRADECIMENTOS**

São diversos e inúmeros fatores, trajetos e peripécias que possibilitaram com que essa dissertação tomasse forma e pudesse ganhar vida. Agradeço as divindades que regem o Universo e propuseram que tudo se encaixasse da melhor maneira possível, aos meus pais, que nunca abriram mão que eu pudesse ter uma educação de qualidade, pautada na honestidade, no desejo de não desistir e na busca em me qualificar cada vez mais.

Agradeço aos meus colegas de trabalho e a Coordenadoria Regional de Educação de Naviraí como um todo, o corpo de formadores e em especial as professoras Cleusa Maria Sarturi Pereira e Daniela Cristina Biaca Palhares que deram aval para que essa pesquisa pudesse ser conduzida da melhor forma possível.

Agradeço a Universidade Federal da Grande Dourados, ao Programa de Pós-graduação em Educação, aos colegas, e principalmente aos professores que desempenharam papéis fundamentais para o meu aprendizado.

Gratidão à minha orientadora Profa Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani que aceitou a tarefa de orientar um estudante que nem sempre pode dar o seu melhor, mas ela foi amparo, incentivo e norte para que a pesquisa pudesse se tornar realidade. Grato ao Grupo de Estudos Foucaultianos e por nossas reuniões gratificantes, de inúmeras trocas e de saberes renovados.

Agradeço a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul, as escolas que acolheram a pesquisa, aos diretores que disponibilizaram os registros, aos corpos discentes, docentes e administrativos que escreveram a história e produziram os documentos dessas instituições nesses vinte e três anos que envolveram o recorte temporal adotado para o estudo.

Sou grato a todos os meus professores que fizeram com que eu aprendesse o amor pela docência, aos meus colegas que sempre me incentivaram na busca de mais conhecimento, a minha família que nunca desistiu dos meus sonhos.

Agradeço também, as minhas colegas Adriana, Karina, Terezinha, Mayara, Vanessa K. e Vanessa Z., pelas manhãs de risadas, pelas tardes de aprendizado, pelas ligações, surtos e apoio incondicional.

Um agradecimento especial ao meu incentivador e parceiro de risos, choros, conselhos e ombro amigo, que acreditou em mim mesmo quando eu já não acreditava

mais. Jallison tens minha gratidão, apreço e carinho.

Grato aos meus maiores apoiadores, Benjamim, Romeu e Helena (in memorian), meus filhos de quatro patas que estavam lá sempre que eu mais precisei, o amor deles não me fez desistir.

*“Porque cada um, independente das habilitações que tenha, ao menos uma vez na vida fez ou disse coisas muito acima da sua natureza e condição, e se a essas pessoas pudéssemos retirar do cotidiano pardo em que vão perdendo os contornos, ou elas a si próprias se retirassem de malhas e prisões, quantas mais maravilhas seriam capazes de obrar, que pedaços de conhecimento profundo poderiam comunicar, porque cada um de nós sabe infinitamente mais do que julga e cada um dos outros infinitamente mais do que neles aceitamos reconhecer”.*

*(José Saramago, 1986)*

## RESUMO

A pesquisa, portanto tem como objetivo geral problematizar a História e os discursos que evidenciam o enunciado “Educação Sexual” em escolas estaduais de Naviraí-MS, com auxílio das teorizações de Michel Foucault sobre discurso/enunciado, relações de saber-poder e dispositivo de sexualidade. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, documental e exploratória, que pretendeu problematizar o que balizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no tema transversal Orientação Sexual, e o que esteve disposto nos demais discursos/enunciados que circularam referentes ao tema, nas três escolas selecionadas para a pesquisa, no período de 1998 a 2021, adotado como recorte temporal. Objetivou-se, também, construir um mapa sobre Educação Sexual, segundo os documentos oficiais que dialogam com a Educação, além de identificar como a sexualidade se relaciona com a educação no contexto do estado de Mato Grosso do Sul, além de problematizar como os grafitos nos banheiros escolares e as ocorrências que envolveram a sexualidade foram tratadas pelas instituições de ensino nos atos de proibição e interdição e como o desejo dos estudantes de discutir sobre a sexualidade se encontra presente nas escolas. Concluímos que a sexualidade vem sendo pouco discutida nas instituições de ensino e que faltam documentos que norteiam melhor as ações das escolas em relação à sexualidade, além de existir despreparo por parte dos professores frente à temática e a inexistência de formações específicas dispensadas pelo governo. O papel das Ciências Humanas também se faz necessário, tendo em vista as possibilidades que essa pode trazer diante das contribuições pertinentes ao assunto.

**Palavras-chave:** Discurso. Livros de ocorrência. Sexualidade humana. Enunciado. Grafitos.

## ABSTRACT

The research, therefore, has as its general objective to problematize the History and the discourses that evidence the statement "Sexual Education" in state schools of Naviraí-MS, with the help of Michel Foucault's theorizations about discourse/statement, relations of knowledge-power and device of sexuality. This is a qualitative, documental and exploratory research, which intended to problematize what guides the National Curricular Parameters (PCNs), in the transversal theme Sexual Orientation, and what was disposed in the other discourses/statements that circulated regarding the theme, in the three schools selected for the research, from 1998 to 2021, adopted as a time frame. The objective was also to build a map on Sexual Education, according to official documents that dialogue with Education, in addition to identifying how sexuality is related to education in the context of the state of Mato Grosso do Sul, in addition to problematizing how graffiti in school bathrooms and occurrences involving sexuality were dealt with by educational institutions in acts of prohibition and interdiction and how students' desire to discuss sexuality is present in schools. We conclude that sexuality has been little discussed in educational institutions and that there is a lack of documents that better guide the actions of schools in relation to sexuality, in addition to the lack of preparation on the part of teachers regarding the subject and the lack of specific training provided by the government. The role of the Human Sciences is also necessary, in view of the possibilities that this can bring in view of the relevant contributions to the subject.

**Keywords:** Discourse. Occurrence books. Human sexuality. Statement. Graffiti.

## LISTA DE SIGLAS

AJA – Avanço do Adolescente e do Jovem na Aprendizagem  
BNCC – Base Nacional Comum Curricular  
CEE – Conselho Estadual de Educação  
CENPEC - Centro de Estudos Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária  
CRE – Coordenadoria Regional de Educação  
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais  
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EF – Ensino Fundamental  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
EM – Ensino Médio  
GEF – Grupo de Estudos Foucaultianos  
GEMED – Gerência Municipal de Educação  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
LO – Livro de Ocorrências  
LOs – Livros de Ocorrências  
PCN – Parâmetro Curricular Nacional  
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PEE – Plano Estadual de Educação  
PME – Plano Municipal de Educação  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
RE – Regimento Escolar  
SED – Secretaria de Estado de Educação  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Busca de termos referentes à sexualidade na Constituição Federal.....	35
<b>Quadro 2</b> - Respostas da pesquisa relacionada à Educação Sexual .....	36
<b>Quadro 3</b> - Ciências no Ensino Fundamental – anos iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.....	48
<b>Quadro 4</b> - Conteúdos do Componente Curricular Ciências - Ensino Fundamental (2008)	51
<b>Quadro 5</b> - Conteúdos do Componente Curricular de Biologia - Ensino Médio (2012).....	51
<b>Quadro 6</b> - Conteúdos do Componente Curricular de Ciências - Ensino Fundamental (2012) .....	52
<b>Quadro 7</b> - Habilidade/Ação didática dos Componentes - Educação Física e Ciências - Ensino Fundamental (2020).....	53
<b>Quadro 8</b> - Habilidade/Ação didática do Componente Curricular Biologia - Ensino Médio (2021) .....	54
<b>Quadro 9</b> - Eventos de formação de professores sobre sexualidade (2015 e 2016).....	56
<b>Quadro 10</b> - Números de ocorrências nas escolas.....	64
<b>Quadro 11</b> - Tipos de ocorrências ( <i>Escola A</i> ) .....	64
<b>Quadro 12</b> - Tipos de ocorrências ( <i>Escola B</i> ) .....	64
<b>Quadro 13</b> - Tipos de ocorrências ( <i>Escola C</i> ).....	64

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Natureza das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES .....	29
<b>Tabela 2</b> - Ano de defesa, das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES .....	29
<b>Tabela 3</b> - Origem, por Estado, das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES .....	30
<b>Tabela 4</b> - Universidade / Instituto de Educação, das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES.....	30
<b>Tabela 5</b> - Programa de Pós-Graduação das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES .....	31
<b>Tabela 6</b> - Publicações utilizadas na revisão bibliográfica .....	31

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Critérios de busca e filtros aplicados no Portal CAPES .....	28
<b>Figura 2</b> - Critérios de busca e filtro aplicado na BDTD-IBICT .....	28
<b>Figura 3</b> - Conhecimento sobre “Educação Sexual” .....	37
<b>Figura 4</b> - Concepção de “Educação Sexual” .....	37
<b>Figura 5</b> - Abordagem sobre “Educação Sexual” na escola .....	38
<b>Figura 6</b> - Desigualdade de gênero na sala de aula.....	38
<b>Figura 7</b> - Livro e Ata de Ocorrências da <i>Escola A</i> .....	66
<b>Figura 8</b> - Livro e Ata de Ocorrências da <i>Escola B</i> .....	66
<b>Figura 9</b> - Livros de Ocorrências da <i>Escola C</i> .....	66
<b>Figura 10</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola A</i> .....	82
<b>Figura 11</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola A</i> .....	82
<b>Figura 12</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola A</i> .....	83
<b>Figura 13</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola B</i> .....	84
<b>Figura 14</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola B</i> .....	85
<b>Figura 15</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola B</i> .....	85
<b>Figura 16</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola C</i> .....	86
<b>Figura 17</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola C</i> .....	86
<b>Figura 18</b> - Grafito no banheiro da <i>Escola C</i> .....	87

## SUMÁRIO

<b>1 CAMINHOS TRAÇADOS NA PRODUÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
1.1 Histórico de Naviraí e das instituições contempladas na pesquisa.....	16
1.2 Tema, objeto e objetivos da pesquisa, referencial teórico e metodológico .....	18
1.3 Organização dos resultados parciais da pesquisa .....	26
1.4 Levantamento bibliográfico sobre Orientação Sexual nas escolas.....	27
<b>2 O ENUNCIADO “EDUCAÇÃO SEXUAL” PRESENTE NO DISCURSO OFICIAL .....</b>	<b>35</b>
2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais .....	39
2.2 Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação.....	42
2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) .....	45
2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) .....	47
<b>3 SEXUALIDADE: PRÁTICAS E DISCURSOS EM CIRCULAÇÃO NAS ESCOLAS DE NAVIRAÍ-MS .....</b>	<b>49</b>
3.1 Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul.....	50
3.2 Formações dispensadas pela Secretaria de Estado de Educação de MS.....	55
3.3 Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar .....	60
<b>4 SEXUALIDADE: AS PUNIÇÕES E INTERDIÇÕES PRESENTES NOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS ESCOLARES E OS GRAFITOS DOS ESTUDANTES .....</b>	<b>62</b>
4.1 Interdições, sanções e punições: a Escola no exercício de poder .....	67
4.2 Análise dos grafitos no ambiente escolar: o desejo e clamor dos estudantes.....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>

## **1 CAMINHOS TRAÇADOS NA PRODUÇÃO DA PESQUISA**

O desejo em estudar questões relacionadas à sexualidade estão presentes em meu processo formativo desde a graduação, Licenciatura em Ciências Humanas (2016), cursada na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja-RS, quando pesquisei como ocorria a formação de professores para trabalhar tais questões em sala de aula, e em minha especialização em Sexualidade Humana (2020), que possibilitou me aprofundar nessa área.

A licenciatura interdisciplinar me fez caminhar por diversos campos do saber, desde a filosofia, sociologia, história e geografia, componentes curriculares que tive a satisfação de lecionar tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio e que abriram diversos caminhos em que eu pudesse trilhar minhas investigações abrangendo a grande área das Ciências Humanas.

Desde que terminei a graduação o objetivo era prosseguir os estudos, mas as dificuldades de acesso ao mestrado no Rio Grande do Sul não permitiram que isso acontecesse. Quando optei pela mudança de estado, o desejo de dar continuidade a minha formação falou mais alto.

Professores que estão em sala de aula, com quarenta horas não conseguem muitas vezes cursar uma pós-graduação, seja pela falta de condições financeiras, dificuldades de deslocamento, ou a principal delas, conseguir conciliar a docência com os estudos, no aspecto tempo e desgaste físico/mental.

Uma das primeiras coisas que fiz quando cheguei a Naviraí (MS) foi pesquisar quais universidades ofertavam mestrado na área de educação e quais delas ficavam mais próximas de meu local de domicílio. Logo me deparei com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e pude conhecer melhor o programa por meio de seu site oficial. Meu interesse foi imediato, mas pelas dificuldades citadas acima, não efetuei minha inscrição para o processo seletivo.

Em março de 2020 obtive o convite para trabalhar na Coordenadoria Regional de Educação de Naviraí (CRE 8), como Professor formador de Mediação tecnológica e em dois mil e vinte um mudei para a função de Professor formador de ciências humanas, a qual exerço atualmente. A CRE 8 faz parte da Secretaria de Estado de Educação e atende nove municípios da região Cone Sul do estado, conta com vinte e cinco escolas que ofertam desde Ensino Fundamental, Ensino Médio, educação profissionalizante, educação do campo, educação

indígena, educação em tempo integral, educação de jovens e adultos (EJA) e avanço do jovem na aprendizagem (AJA).

Ao trabalhar nesse órgão pude conhecer mais a fundo a realidade das escolas da região e perceber que assuntos referentes à sexualidade eram pouco abordados no ambiente escolar. Tais fatos instigaram ainda mais o meu interesse por estudar a temática, agora em nível de mestrado.

É de conhecimento geral que no ano de 2020 o Brasil e o mundo enfrentaram a pandemia do corona vírus que dizimou milhares de vidas e fez com que medidas restritivas fossem adotadas, uma delas foi a possibilidade do trabalho remoto e da inserção da tecnologia nos meios educacionais através de aulas online. Nesse sentido e no contexto que vivenciava, decidi que seria um bom momento para pleitear vaga no processo seletivo da UFGD, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade.

Após enfrentar cinco etapas que passaram por prova escrita, avaliação do currículo Lattes, avaliação da proposta de pesquisa, entrevista e prova de suficiência em língua estrangeira obtive a tão aguardada aprovação.

As aulas ocorriam de forma síncrona e assíncrona por videoconferência e as disciplinas ofertadas pelo programa e as específicas da linha escolhida foram fundamentais para chegar à construção e consolidação dessa pesquisa.

Preciso destacar que minha proposta inicial não era a que apresento hoje, tinha o anseio de analisar o Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação e buscar compreender como a sexualidade estava disposta em cada um deles, ou de que forma esses abordavam questões referentes à educação sexual em suas páginas, mas com o auxílio e direcionamento da minha orientadora, Profa. Rosemeire de Lourdes Ziliani, resolvemos dar prioridade ao enunciado à luz do pensamento do filósofo Michel Foucault.

Cabe destacar que os encontros, conversas e orientações no Grupo de Estudos Foucaultianos (GEF) fizeram toda a diferença nos aspectos de conhecimento de metodologias, livros e de interpretações que dialogam com as perspectivas de Foucault.

Após cursar com êxito, no ano de 2021, as disciplinas obrigatórias e reelaborar a proposta de pesquisa, chegou o momento do trabalho de campo, de ir até as instituições escolares escolhidas para desenvolver o trabalho na prática. Para essa etapa, dois ofícios circulares foram emitidos pela orientadora e direcionados à Secretaria de Estado de Educação (SED-MS) e às direções escolares.

No mês de março de 2023 obtive autorização para dar início às pesquisas nas escolas de Naviraí tanto da SED quanto da CRE 8 e realizei os primeiros contatos via telefone e presencialmente com os diretores das instituições escolares. Destaco que por serem locais que já lecionei e por se tratar de espaços conhecidos, fui muito bem recebido e obtive com facilidade o acesso aos materiais necessários para a pesquisa.

Nos últimos meses realizei diversas visitas principalmente no horário de almoço e no período noturno para angariar fontes e conteúdo para a pesquisa. Por se tratarem de escolas com muitos anos de funcionamento, uma gama considerável de material, principalmente de livros de ocorrência, foi acessado e analisado, além de percepções do espaço escolar, sujeitos, modelos adotados, arquitetura escolar, grifos nas paredes dos banheiros, e demais enunciados que tangenciam a sexualidade nas escolas e que deram a possibilidade de construir uma percepção da história do enunciado “Educação Sexual” nas escolas de Naviraí entre os anos de 1998 a 2021.

### **1.1 Histórico de Naviraí e das instituições contempladas na pesquisa**

Naviraí foi fundada em 16 de abril de 1952 e completou setenta e um anos recentemente. É uma cidade que faz parte da região conhecida como território da Cidadania Cone Sul no Centro-Oeste do país e é composta por oito municípios: Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru.

Tem uma estimativa populacional em 2021 de cinquenta e seis mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2020), a economia gira em torno do agronegócio e em cooperativas agrícolas. Foi desbravada por imigrantes japoneses e por cidadãos provenientes principalmente da região sul do país.

Conta atualmente com trinta e quatro instituições de ensino, sendo vinte e quatro pertencentes à rede municipal, seis da rede estadual de ensino e quatro instituições privadas, somente a rede estadual e privada ofertam o ensino médio. As escolas municipais são conduzidas pela Gerência Municipal de Educação (GEMED), as estaduais são acompanhadas pela Coordenadoria Regional de Educação de Naviraí (CRE 8) subsidiadas à Secretaria de Estado de Educação e as particulares possuem condições próprias ligadas a redes de ensino privadas.

Para a pesquisa, três instituições escolares da rede pública estadual foram escolhidas, e os quesitos para tal dizem respeito à localização geográfica, público que atende, ofertas de ensino que disponibilizam a comunidade e ano de funcionamento, nesse sentido, o recorte

temporal (1998-2021) adotado pela pesquisa também foi um dos critérios para tais escolhas, tendo em vista o ano de publicação da LDB (1996) a publicação dos PCNs (1997) e o tempo que leva para a sua aplicação na prática, pensamos que o ano de 1998 seria o mais acertado para tal, assim como o ano de 2021 finalizando o recorte, observando que as discussões sobre sexualidade e educação ganharam mais repercussão nesta época.

Prezando pelo sigilo necessário para o estudo, optou-se por intitularmos as escolas como: *Escola A*; *Escola B* e *Escola C* e foi dessa forma que a nomeamos a partir de então. Considerando o período adotado, cabe elencarmos um breve histórico das instituições escolares que foram estudadas.

A *Escola A* possui mais de cinquenta anos de história e se localiza na área central do município, oferta Ensino Fundamental e Ensino Médio e atualmente conta com cerca de duzentos e sessenta estudantes conforme dados obtidos na instituição. Começou a ofertar o segundo grau em mil novecentos e oitenta e dois e atende estudantes provenientes de diversas regiões da cidade. O alunado apresenta situação socioeconômica distinta e os índices nas avaliações externas são considerados excelentes comparados às demais instituições. Possui sala própria para o arquivo escolar.

A *Escola B* possui mais de quarenta anos de história e também se localiza na área central do município, oferta Ensino Fundamental e Ensino Médio e atualmente conta com cerca de novecentos estudantes conforme dados obtidos na instituição. Começou a ofertar o segundo grau em 1985 e atende estudantes provenientes de diversas regiões da cidade. O alunado apresenta situação socioeconômica distinta e os índices nas avaliações externas são considerados baixos se comparados às demais instituições. Apresenta problemas referentes à violência escolar e com sua infraestrutura física. A grande maioria do material utilizado para a pesquisa se encontra na sala da direção.

A *Escola C* possui mais de trinta anos de história e se localiza em área periférica do município, oferta Ensino Fundamental e Ensino Médio e atualmente conta com cerca de 500 estudantes conforme dados obtidos na instituição. Começou a ofertar o ensino médio em 2010 e atende estudantes provenientes de diversas regiões da cidade. O alunado apresenta situação socioeconômica distinta e os índices nas avaliações externas são considerados baixos comparados às demais instituições. Apresenta problemas referentes à violência escolar, furtos e com sua infraestrutura física. A maioria do material utilizado na pesquisa se encontra na sala da coordenação pedagógica. Cabe destacar que só foram encontrados os livros de ocorrência a partir de 2016.

## 1.2 Tema, objeto e objetivos da pesquisa, referencial teórico e metodológico

A pesquisa tem como tema a Educação Sexual e apresenta como objeto o enunciado “Educação Sexual” disposto implicitamente/explicitamente nas escolas estaduais de Naviraí-MS, entre os anos de 1998 a 2021, e como o “desconhecimento” sobre o tema acaba afetando cada vez mais jovens em relação ao preconceito, homofobia, mortes, abandono escolar, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, abusos sexuais, *bullying*, suicídio, entre outros.

Com o passar dos anos, as discussões que envolvem a sexualidade vem ficando cada vez mais em evidência, e as primeiras manifestações sexuais acabam por ocorrer em diversos espaços e um deles é a escola. Percebemos com as pesquisas que há diversas formas da criança e o adolescente expressarem o que sentem e utilizam de rabiscos, desenhos, pichações sejam nas carteiras, cadeiras, paredes e principalmente nos banheiros como uma forma de colocar para fora um desejo consciente ou inconsciente de buscar discutir essa temática. Este aspecto, do posicionamento dos sujeitos sobre o tema sexualidade, também será objeto de reflexões no último capítulo da dissertação.

Como aponta Sayão (1997), a Educação como um todo vem sofrendo mudanças ao longo dos anos, em diferentes esferas, desde sua ideia primordial e até mesmo em como colocá-la em prática. No Século XX a Educação Sexual estava pautada na reprodução humana e essa passou por modificações. As salas de aula passaram a abranger outros espaços (ambientes virtuais e domésticos), o papel dos alunos e dos professores foram ressignificados e a participação da família, mais do que nunca, revelou-se crucial para a obtenção de níveis minimamente satisfatórios de aprendizagem.

Essas rupturas foram necessárias para que o ato de educar acompanhasse os processos sociais, culturais e históricos pelos quais o mundo enfrentou e vem passando. Ensinar, hoje, vai além de apenas transmitir conhecimento, engloba uma gama de mecanismos complexos que envolvem muito mais do que livros e exercícios, exigindo um olhar mais “humanizado”, “individualizado”, buscando atender e, principalmente, compreender os anseios que os estudantes têm e que trazem para a escola, pois as vivências para além dos muros escolares afetam a constituição de subjetividades e de como os sujeitos enfrentam as dificuldades cotidianas.

Salientamos que os processos educativos no Brasil são referendados por leis, parâmetros e diretrizes específicas, que norteiam as tomadas de decisões e afetam diretamente as ações que as escolas podem adotar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs

(BRASIL, 1997) no tocante aos temas transversais, entre eles o eixo “Orientação Sexual”, estabelecem ações, promovem discussões e buscam permear assuntos referentes à sexualidade de modo transversal. O documento salienta que “[...] cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão” (BRASIL, 1997, p. 299).

O recorte temporal adotado na pesquisa foi definido pelo ano de publicação da última LDB (BRASIL, 1996) e da homologação dos PCN’s (BRASIL, 1997) e seu desenvolvimento nas escolas até a atualidade devido à relevância dos documentos oficiais e o enunciado imbricado em suas entrelinhas. Nesse sentido, o ano de 1998 foi escolhido como ponto inicial, tendo em vista a implantação das leis e diretrizes, mesmo que posteriormente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) seja trazida para discussão devido a sua relevância.

O ano de 2021 foi escolhido como término tendo em vista todas as discussões que vêm sendo incluídas no debate sobre a sexualidade e educação até então, papel de quem e como efetivá-la na prática, além de dar maior amplitude de análise de como o enunciado está circulando pelos espaços escolares.

A pesquisa, portanto, tem como objetivo geral problematizar a História e o enunciado “Educação Sexual” nas escolas estaduais de Naviraí - MS (1998-2021) e apresenta objetivos específicos que consistem em construir um histórico sobre o enunciado “Educação Sexual” segundo documentos oficiais; identificar problemas que afetam às escolas em relação à Educação Sexual que consta nos documentos que norteiam às escolas e problematizar como o enunciado “Educação Sexual” no ensino ocorreu ou vem ocorrendo nos diversos espaços das escolas públicas estaduais selecionadas para a pesquisa a partir da ótica da escola e dos estudantes.

Em relação aos objetivos apresentados adotamos como metodologia a pesquisa exploratória que para Gil (2002, p. 41) “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

A pesquisa possui enfoque qualitativo que, para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 33), propicia que “A ação indagativa se mova de maneira dinâmica em ambos os sentidos: entre os fatos e sua interpretação, e é um processo mais ‘circular’ no qual a sequência nem sempre é a mesma, ela varia de acordo com cada estudo específico”.

Quando se fala em metodologia utilizada para a escrita, não iremos trazer algo fechado, pois os métodos são múltiplos e variados de acordo com os objetos que estamos analisando, como aponta Foucault (1980; p. 229):

Não tenho um método que se aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método [...] Eu tateio, fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. [...] Procuro corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir, e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio.

Na perspectiva do referencial teórico-metodológico foucaultiano trata-se de uma análise do enunciado “Educação Sexual” que circulou e circula em discursos e documentos que estão dispostos e sendo utilizados nas escolas. O referencial adotado nos auxilia na compreensão do que podemos entender por documento e como esses sofreram mudanças no decorrer da história:

[...] o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável. Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2008, p. 7).

Para analisar a rede documental selecionada foi estabelecido diálogo com as teorizações de Michel Foucault referentes ao enunciado “Educação Sexual”, dispostos de forma implícita ou explícita nas instituições escolares estaduais de Naviraí – MS, entre os anos de 1998 a 2021.

Como evidencia Fischer (2001, p. 198) “Para analisar os discursos, segundo a perspectiva foucaultiana, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas”. Ainda, “Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento.

Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão ‘vivas’ nos discursos” (FISCHER, 2001, p. 198-199).

Conforme afirma Foucault (2008, p. 30-31),

A análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica. O outro a destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não dito. É preciso renunciar a todos esses temas que tem por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida.

Para tal, o enunciado “Educação Sexual”, que circula e que o sustenta, será norteador na análise do Currículo regular das escolas e os demais discursos, não oficiais, que circulam nas entrelinhas das práticas escolares.

Cabe destacar o que Foucault (2008, p. 90) entende por enunciado:

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso.

O enunciado será analisado de forma minuciosa e ampla, onde todas as fontes utilizadas na pesquisa serão condensadas como documentos e para tal, cabe a seguinte ressalva em relação ao método analítico:

Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como resultado de uma ação ou de uma operação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de - sozinha - formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2008, p. 123).

Nesse sentido recorreremos à análise genealógica proposta por Foucault (1988, p. 10), ou seja, “de que maneira os indivíduos foram levados a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo à qual o comportamento sexual desses indivíduos sem dúvida deu ocasião, sem no entanto constituir seu domínio exclusivo”.

No sentido que buscamos compreender o que foi dito, não dito, ocultado ou explicitado na rede documental que a pesquisa teve acesso, acreditamos que os discursos em nossa sociedade vêm sendo modificados ou ressignificados a partir de um entendimento presente em escritos foucaultianos:

Em *A ordem do discurso*, Foucault discorre sobre procedimentos de controle, seleção e organização dos discursos em nossas sociedades, produtores de restrições ao que se diz, mas também de enunciados que *devem* ser ditos e repetidos em certas circunstâncias. Esses procedimentos teriam como efeito a rarefação dos discursos (das possibilidades do dizer), mas também formas de positivação que *produziriam o verdadeiro, o sensato*, e, de modo mais geral, o que é *dizível* em circunstâncias específicas. De modo correlato ao que desenvolve em *A Arqueologia do Saber*, publicado pela primeira vez em 1969, trata-se de negar a busca das origens do dizer e das tradições, e visualizar os recortes, as relações de poder que constituem os discursos e a própria história. (BIROLI, 2008, p. 122-123).

Em relação à genealogia adotada, em diálogo com Foucault, Moraes (2018, p. 84) afirma que “não se trata de buscar o que é geral e constitutivo de uma identidade, mas de mostrar a heterogeneidade e a proliferação de acontecimentos que se encontram na origem das coisas, indicando o que há de acidental e descontínuo na história”. É com essa base e nessa compreensão que o enunciado será analisado, buscando a acontecimentos, os “acidentes” e as discontinuidades.

Em relação à perspectiva histórica que os discursos são desenhados, proferidos e lançados no tempo-espaço e que atores fazem parte desse contexto e análise é importante ressaltar que:

Ao trabalhar com os conceitos de história, poder e discurso, Foucault permite que nos situemos, ao que me parece, no campo de uma relação refeita com *aquilo que é possível dizer*. Ao construir o seu próprio lugar de enunciação como o de um corte - em relação à tradição que caracteriza como metafísica e à história que vê como o desenrolar de princípios e o desdobrar monótono da vontade ou da necessidade -, Foucault estabelece também uma relação refeita com aquilo que foi dito, com o que se repete, com os limites estabelecidos para o que é *dizível* em um dado momento. (BIROLI, 2008, p. 122).

Nesse mesmo sentido, cabe apontar que a pesquisa foi conduzida de modo de que as redes de poder fossem analisadas de forma criteriosa para que pudéssemos compreender o sentido do discurso e o efeito do enunciado:

Para Foucault, a pesquisa arqueo-genealógica coloca a pesquisa histórica no centro das estratégias que permitem visualizar práticas e discursos constituídos por redes de poder. A pesquisa histórica, nessa perspectiva, tornaria possível apreender em sua positividade práticas e discursos que nos tomam incapazes de *estranhar* e de nos situarmos em uma perspectiva que chamo aqui de *ético-crítica* em relação ao presente. A questão, dentro da hipótese trabalhada aqui, é a seguinte: quais formas de dizer e de agir poderiam ser consideradas estratégicas em uma atualidade tão repleta de palavras, de razões e intenções, de consciência e de vontade subjetiva? (BIROLI, 2008, p.123).

No que tange aos autores convidados a dialogar na pesquisa, alguns se mostram mais presentes, no que diz respeito aos estudos e perspectiva foucaultiana, Gilles Deleuze (1986), Jorge Larrosa (ano 2002), Rosa Maria Bueno Fischer (2001), e referenciando os estudos sobre sexualidade Guacira Lopes Louro, (1997/2000) Mary Neide Damico Figueiró (2001/2009/2019), Cláudia Ramos de Souza Bonfim (ano2009), entre outros.

Em relação às fontes, são primárias e secundárias, que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 176) se distinguem no seguinte ponto: “É evidente que dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, cuja autoria é conhecida, não se confundem com documentos, isto é, dados de fontes primárias”.

Entretanto, e em diálogo com a perspectiva foucaultiana, as diferentes fontes foram transformadas em “monumentos” e não hierarquizadas.

Entre as fontes que foram analisadas, selecionamos as seguintes: Regimento Escolar; Projeto Político Pedagógico (PPP); Comunicações Internas; Livros de Registros, Ficha de registro de alunos; Atas; Documentos Oficiais; Cadernos/Livros de Ocorrência; Cursos dispostos pela Secretaria de Estado de Educação (SED); Projetos desenvolvidos pelas escolas; Fotografias dos espaços escolares; Imagens de pichações nos banheiros e carteiras escolares e demais espaços da escola.

De modo a encontrar em todos os documentos citados o enunciado em relação ao tema “Educação Sexual” e que esse pudesse ser desnudado com o intuito de efetivar a intenção da pesquisa que é de analisar como ocorre o acesso ao conhecimento em relação ao tema nas escolas estudadas e no recorte temporal adotado.

Ainda no que se trata da análise do enunciado, podemos considerar que:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque

é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p. 31-32).

Nesse sentido, entendemos que a educação é um processo formativo e levando-se em consideração a amplitude de agentes e fatores que estão diariamente dispostos nas salas de aula, discutir assuntos que fazem parte do cotidiano dos nossos estudantes é de fundamental importância. Em um país multicultural, e com um abismo social gigantesco, levantar considerações sobre gênero, sexualidade, homofobia, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, entre outros, são fundamentais. Temáticas que, como já apontado, são objeto de interesse e de indagação dos alunos durante as aulas.

Além do exposto, e na condição de professor da educação básica, de turmas do Ensino Fundamental e Médio e pesquisador na área da sexualidade humana, cabe como uma das justificativas a minha *experiência* em relação ao tema. Para Larrosa (2002, p. 21) a experiência “[...] é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Larrosa (2002, p. 25) ainda aponta que ela “vai além de apenas conhecer algo ou saber sobre alguma coisa: “É incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se ‘ex-põe’”.

Vivenciar essa multiplicidade no ambiente escolar nos dá inúmeras possibilidades de compreensão de como a sexualidade se imprime nesses espaços e como os profissionais que lá estão necessitam de uma base para refletir e promover discussões fundamentados no que se entende pelo Parâmetro Curricular Nacional de Orientação Sexual (BRASIL, 1997).

Para implementar ações que versem sobre os temas acima mencionados, os profissionais de educação precisam receber formação específica já que assuntos referentes ao sexo são sempre polêmicos, como nos afirma Foucault (1988, p. 14): “Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril.” Faz-se necessário um suporte por parte da direção escolar no desempenho dessa tarefa, além de promover diálogos com as famílias, para que essas sejam parceiras no processo educativo.

Damico (2009, p. 143) aponta que “Cabe também ao professor, fazer com que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade.” Louro (2000) complementa que além de saber abordar assuntos referentes à sexualidade, precisamos

reconhecer os corpos dispostos nas escolas: “De qualquer forma, investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos” (LOURO, 2000, p. 11).

Como observação preliminar, entende-se que muitos professores se sentem despreparados para dialogar sobre o tema, por não terem recebido qualquer formação acadêmica ou mesmo após terem iniciado suas vidas na docência, o que acaba dificultando o processo de implantação do tema nos currículos escolares.

Além do que vem sendo abordado em sala de aula, conhecer o enunciado “Orientação Sexual”, como um tema transversal em circulação nas instituições escolares é de suma importância. Pretende-se compreender e problematizar como esse tema está, ou não, sendo abordado explícita ou implicitamente nas escolas, de maneira que promova uma educação que atinja os estudantes, que possibilite o conhecimento dos seus próprios corpos, reconheçam as diversidades e respeitem as diferenças.

Como apontado anteriormente, três escolas públicas estaduais, que ofertam o Ensino Médio, no município de Naviraí (MS), foram tomadas como locus e são intituladas nesta pesquisa como Escola A, Escola B e Escola C, todas com mais de trinta anos em atividade e que atendem adolescentes de faixas etárias distintas, de diversos pontos da cidade e que possuem peculiaridades e individualidades que foram pontos fundamentais para o estudo em andamento.

Ressaltamos que os parâmetros econômicos, políticos e sociais foram contextualizados, buscando uma historicidade entre a educação e a sexualidade, procurando evidenciar as rupturas, permanências, ou até mesmo a inexistência dessa relação nos nessas instituições. O contexto histórico serviu de norte para balizar as ações desenvolvidas ou omitidas durante o recorte temporal adotado, focando no enunciado que circulou ou ainda circula pelas escolas.

Comunicações Internas (CIs) emitidas pela Secretaria de Estado de Educação, livros de ocorrências, cadernos de bordo, arquivos da vida estudantil dos estudantes, Projetos Políticos Pedagógicos, Plano Estadual de Educação, esse que traz em sua redação o seguinte trecho, “elaborar e distribuir, em parceria com os órgãos competentes, material didático para educadores (as), estudantes e pais e/ou responsáveis sobre: direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/AIDS, alcoolismo e drogas, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade” e o que prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre Educação, sendo que essa apresenta como competência geral da educação básica “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e

digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2018), servirão de fontes para a busca do enunciado, que Foucault considera como:

Um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície, mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso (FOUCAULT, 2008, p. 90).

Munido de material angariado nas escolas e o analisando na perspectiva foucaultiana, buscamos visualizar a relação que a sexualidade e a educação possuem, ou não, no que diz respeito aos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, que é importante a sua compreensão no tempo e espaço em que tais vertentes dialogam.

### **1.3 Organização dos resultados parciais da pesquisa**

A pesquisa foi condensada em quatro capítulos, considerações finais e referências. No primeiro capítulo intitulado *Os caminhos traçados na produção da pesquisa*, apresenta um panorama geral de como o estudo foi construído e conduzido, dando a possibilidade ao leitor de se familiarizar, de forma sucinta, com o trajeto percorrido.

Um histórico da cidade de Naviraí (MS) e das escolas contempladas no estudo também foi construído, contempla o objeto de pesquisa, os objetivos, a metodologia utilizada, o referencial teórico, além de um levantamento bibliográfico sobre educação sexual nas escolas.

O segundo capítulo que tem como título *O enunciado “Educação Sexual” presente no discurso oficial* teve por finalidade apresentar como a educação sexual se apresenta nos documentos oficiais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram convidados ao diálogo em um subcapítulo, já que nos mesmos encontramos o tema transversal “Orientação Sexual”.

Os planos Municipal, Estadual e Nacional de educação são interpelados no que tangenciam a sexualidade nas suas estruturas, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como esse aborda e discute a temática, demais leis, decretos e portarias foram analisadas e deu suporte a pesquisa.

O terceiro capítulo intitula-se *Educação Sexual nas escolas de Naviraí – MS: práticas e discursos em circulação* e buscou elucidar como os discursos referentes à sexualidade acabam circulando nas escolas, o que diz respeito no Regimento Escolar e no Projeto Político

Pedagógico (PPP) das instituições de ensino no quesito sexualidade, como a Secretaria de Educação dá suporte de formações e promoção de palestras, conversas e orientações.

O quarto capítulo, intitulado *Os registros de sexualidade nos espaços escolares: posicionamentos e resistências cotidianas* aborda questões referentes à sexualidade e como esta se encontra nas escolas, seja pelos grifos nos banheiros, seja pela fila de meninos e meninas, seja pelos comportamentos corporais, pela arquitetura escolar e pelos registros nos livros de ocorrência.

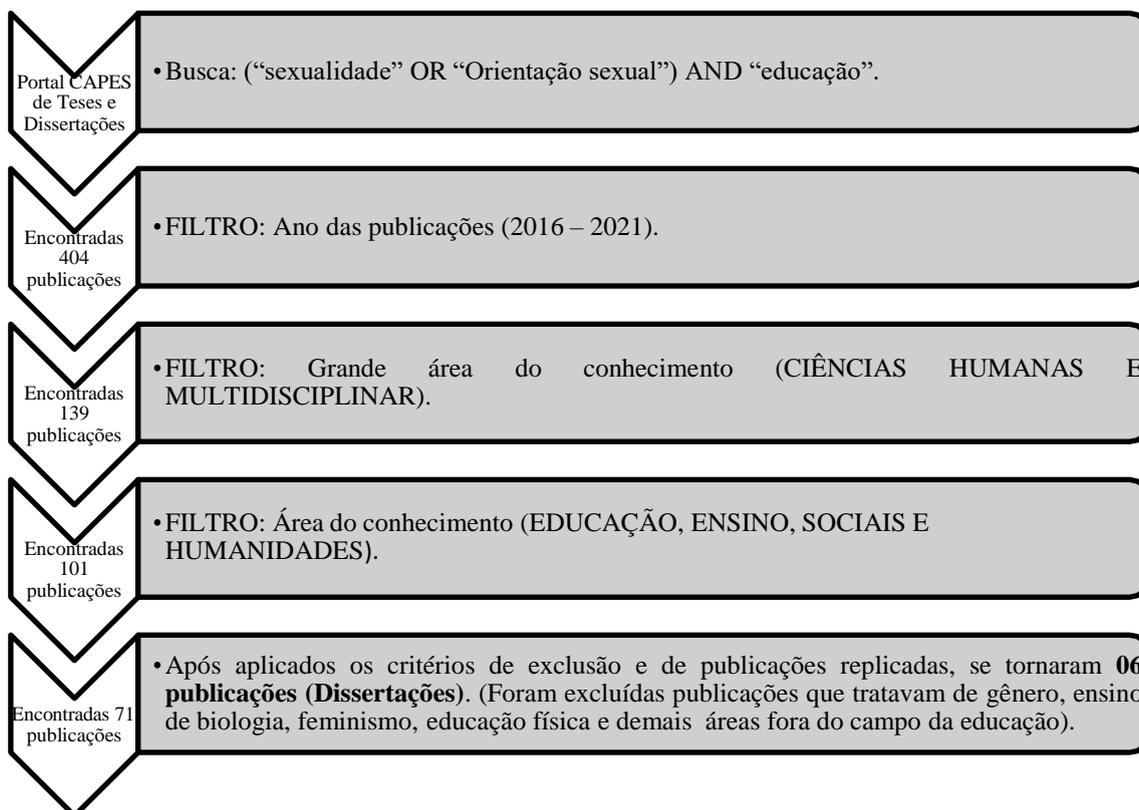
#### **1.4 Levantamento bibliográfico sobre Orientação Sexual nas escolas**

Para melhor compreensão do que estava sendo estudado referente ao tema, fez-se necessário realizar uma revisão bibliográfica inicial, levantando as produções acadêmicas – teses e dissertações - que versam sobre o assunto, em duas plataformas online de acesso público: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT) e o Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). O recorte temporal compreende os anos de 2016 a 2021 e foi escolhido para se ter uma melhor compreensão das reflexões atuais envolvendo a sexualidade e a educação. Engloba produções de diversos lugares do Brasil no que tange à sexualidade, orientação sexual e educação.

No Portal de Teses e Dissertações da CAPES utilizamos como descritor de busca: “sexualidade” OR “Orientação sexual” AND “educação”, com alguns filtros, sendo: Ano das publicações (2016 – 2021), Grande área do conhecimento - Ciências Humanas e Multidisciplinar e Área do conhecimento - Educação, Ensino, Sociais e Humanidades. Após aplicados os critérios de exclusão e de publicações replicadas, foram selecionadas seis dissertações. Nessa busca foram excluídas publicações que tratavam de gênero, ensino de biologia, feminismo, educação física e demais áreas fora do campo da educação. Na BDTD-IBICT utilizamos como descritor “sexualidade” OU “Orientação sexual” e “educação”, apenas com o filtro Ano das publicações (2016 – 2021), pois esse já trouxe publicações que eram interessantes à pesquisa.

Depois de aplicados os critérios de exclusão e de publicações replicadas, selecionamos oito publicações, sendo sete dissertações e uma tese. Foram excluídas publicações que tratavam de gênero, ensino de biologia, feminismo, educação física e demais áreas de conhecimento fora do campo da educação. O mapa das produções a serem analisadas totalizou catorze trabalhos.

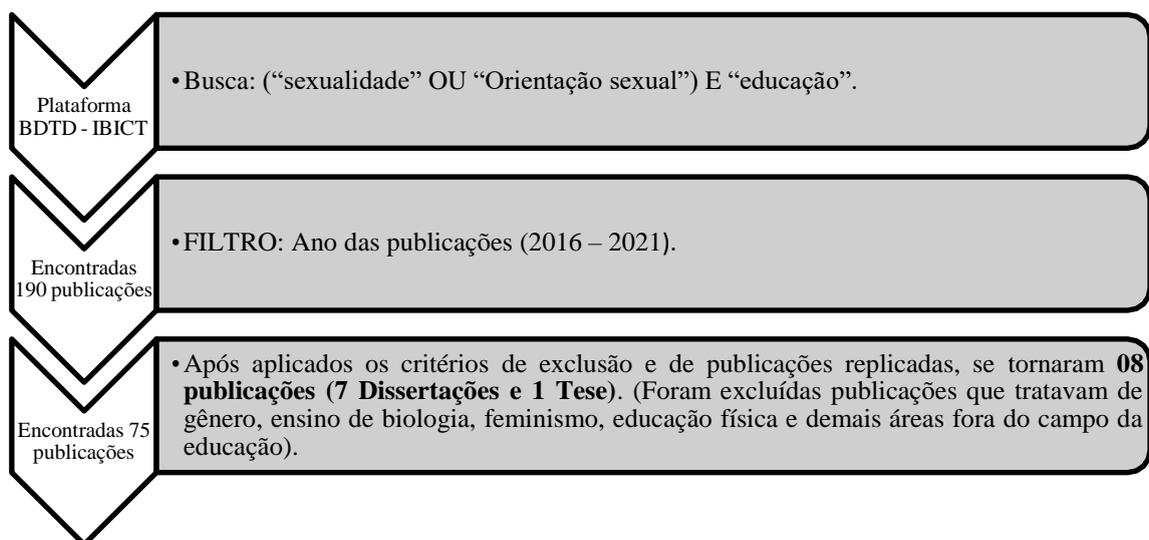
**Figura 1** - Critérios de busca e filtros aplicados no Portal CAPES



**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

Destacamos que a princípio focamos nossa pesquisa no tema “Orientação Sexual”, sendo essa nomenclatura utilizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, levando a acreditar que as palavras utilizadas estariam mais evidentes nas plataformas.

**Figura 2** - Critérios de busca e filtro aplicado na BDTD-IBICT



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao todo foram encontradas 146 publicações e dessas, após critérios de exclusão já mencionados nas figuras acima, totalizaram a soma de 14 trabalhos.

Apresentamos a seguir seis tabelas com informações sobre as produções. Na Tabela 1 foram organizados dados sobre a natureza das publicações (teses e dissertações), evidenciando que a maioria quase absoluta são de dissertações.

**Tabela 1** - Natureza das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES.

Programa	BDTD-IBICT	CAPES	Total
	Nº de publicações	Nº de publicações	Publicações
<b>Tese</b>	01	--	01
<b>Dissertação</b>	07	06	13
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaborada considerando pesquisa bibliográfica (2022).

Na Tabela 2 encontramos o ano de defesa das publicações.

**Tabela 2** - Ano de defesa, das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES.

Ano de defesa	BDTD-IBICT	CAPES	Total
	Nº de publicações	Nº de publicações	Publicações
<b>2016</b>	02	01	03
<b>2017</b>	02	03	05
<b>2018</b>	--	02	02
<b>2019</b>	02	--	02
<b>2020</b>	01	--	01

<b>2021</b>	01	--	01
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>14</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Tabela 3 apresenta a origem por Estado das publicações que foram analisadas.

**Tabela 3** - Origem, por Estado, das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES.

<b>Origem da Publicação</b>	<b>BDTD-IBICT N° de publicações</b>	<b>CAPES N° de publicações</b>	<b>Total Publicações</b>
<b>São Paulo</b>	02	01	03
<b>Rio de Janeiro</b>	--	01	01
<b>Distrito Federal</b>	01	--	01
<b>Ceará</b>	01	--	01
<b>Maranhão</b>	--	01	01
<b>Bahia</b>	--	01	01
<b>Rio Grande do Norte</b>	01	--	01
<b>Amazonas</b>	01	--	01
<b>Paraná</b>	01	01	02
<b>Rio Grande do Sul</b>	01	01	02
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaborada pelo pesquisador (2021).

A tabela 4 nos mostra qual Universidade ou Instituto de Educação de onde são provenientes as publicações.

**Tabela 4** - Universidade / Instituto de Educação, das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES.

<b>Universidade / Instituto de Educação</b>	<b>BDTD-IBICT N° de publicações</b>	<b>CAPES N° de publicações</b>	<b>Total Publicações</b>
<b>Universidade de Brasília (UNB)</b>	01	--	01
<b>Universidade Federal de Pelotas (UFpel)</b>	01	--	01
<b>Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)</b>	01	01	02
<b>Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</b>	01	--	01
<b>Universidade Federal do Amazonas (UFAM)</b>	01	--	01
<b>Universidade Nove de Julho (UNINOVE)</b>	01	--	01
<b>Universidade Federal do Ceará (UFC)</b>	01	--	01
<b>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</b>	01	01	02
<b>Universidade Federal do Maranhão (UFMA)</b>	--	01	01
<b>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)</b>	--	01	01
<b>Universidade do Estado da</b>	--	01	01

<b>Bahia (UNEB)</b>			
<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)</b>	--	01	01
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>14</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A tabela 5 nos mostra o programa de Pós-Graduação que a publicação pertence.

**Tabela 5** - Programa de Pós-Graduação das publicações sobre sexualidade, orientação sexual e educação nas plataformas BDTD-IBICT e CAPES.

<b>Programa</b>	<b>BDTD-IBICT N° de publicações</b>	<b>CAPES N° de publicações</b>	<b>Total Publicações</b>
<b>Educação</b>	03	02	05
<b>Educação Sexual</b>	01	01	02
<b>Educação e Diversidade</b>	--	01	01
<b>Educação Brasileira</b>	01	--	01
<b>Ensino</b>	--	01	01
<b>Ensino de Ciências</b>	--	01	01
<b>Ensino de Biologia</b>	01	--	01
<b>Ensino de Ciências e Matemática</b>	01	--	01
<b>Psicologia</b>	01	--	01
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>14</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na última tabela, de número 6, apresentamos uma lista geral com as publicações e seus respectivos autores.

**Tabela 6** - Publicações utilizadas na revisão bibliográfica.

<b>Título da Publicação</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>
Educação e Diversidade Sexual: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense	2016	Alberto Magno Moreira Martins
Dispositivo da orientação sexual: uma análise de discurso a partir de peças educativas	2016	Girlane Martins Machado
Representações de estudantes e professores do Ensino Médio em uma escola de Parintins-AM sobre sexualidade: um olhar a partir do PCN - Tema Transversal Orientação Sexual	2016	Mariana da Silva Hatta
A história da criação do papo jovem: um projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio	2017	Rita Cassia Pereira Bueno
A escola e os professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica de análise dos discursos e das práticas educacionais	2017	Jarles Lopes de Medeiros
Educação, Sexualidade e Políticas Públicas: Das responsabilidades da escola e dos educadores.	2017	Analice Horn Spinello
Um estudo sobre representações de sexualidade e atitudes sexuais de adolescentes de uma escola pública: análise-descritiva de grafitos em carteiras escolares	2017	Gabriela Jaqueline Domingues Vilela
SEXUALIDADE EM DEBATE: Uma Análise das Rodas de Conversas	2018	Daniel Costa Matos
Educar para Sexualidade: Dialogando estratégias com Professores/as do Ensino Médio	2018	Tatiane Pina Santos Linhares
Uma proposta mediadora de discussão sobre sexualidade no Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga	2019	Sandra Rabelo de Melo
Educação sexual no ensino fundamental: construindo uma unidade didática	2019	Luciana Henzel dos Santos
Normatização dos corpos pela escola: uma análise da BNCC	2020	Jeizi Loici Back
A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental	2021	Luciane da Silva Vicente

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

As pesquisas são ricas e trazem dados que foram tratados e levantados com rigor, o que propiciou uma discussão frutífera entre o que foi obtido pelos trabalhos, com as teorias adotadas pelos estudiosos do assunto.

Pode-se perceber que as publicações têm objetivos diversos, de acordo com seus métodos, mas todas possuem uma tentativa em comum que é a de refletir sobre como as escolas, professores, alunos e pais entendem a sexualidade e como esta é abordada ou não nas instituições de ensino espalhadas pelo país.

Os autores foram convidados a trazer suas contribuições mais relevantes a fim de uma compreensão dos resultados de seus estudos, que apontam para alto grau de interesse e apropriação de conhecimentos por parte dos estudantes, como em Melo (2019); Santos (2019) identificou que os jovens são inseguros e desinformados sobre a própria sexualidade e não conversam com seus pais sobre o assunto, mas tiram suas dúvidas com os amigos e na internet; Back (2020) concluiu que a Escola, na sociedade capitalista, tende a formar corpos normatizados, que atendem a papéis de gênero bem definidos entre homens e mulheres.

Como resultados, como os explicitados por Machado (2016), tem-se que a principal urgência histórica do dispositivo da orientação sexual foi a de atender a princípios médicos, destacando-se a eugenia e o higienismo como condições que atravessaram sua função estratégica.

Hatta (2016) concluiu que também se faz necessário conhecer as representações produzidas na escola para promover uma educação com mais qualidade e dignidade, através do fortalecimento dos valores universais de respeito ao ser humano. Para Vicente (2021) há diferentes concepções de educação sexual entre os professores entrevistados e que tais compreensões são influenciadas pelos valores que compõem a cultura sexual de determinada época, em diferentes contextos e por distintas ideologias. Medeiros (2017) considerou que os resultados apontam para uma prática docente guiada pelas concepções pessoais dos professores, ao mesmo tempo em que não se discute o tema com os alunos; Bueno (2017) destacou nas reflexões sobre sexualidade, provindas de fonte segura, com profissionais preparados, contribui para que adolescentes, como os participantes do “Papo Jovem”<sup>1</sup>, transitem pelo período da adolescência com mais segurança; Martins (2016) acrescentou que a temática analisada é pouco discutida em todas as abordagens, o que consideramos uma contradição quando todas as políticas públicas necessitam de atenção; Spinello (2017)

---

<sup>1</sup>“Papo Jovem” é um projeto desenvolvido pela escola que promove a discussão de diversos assuntos com a mediação dos professores. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152988>> Acesso em: 26 ago. 2022

apontou que os adolescentes ainda tem um conhecimento insatisfatório sobre os métodos contraceptivos e a importância do seu uso, isso denota que as políticas públicas educacionais possuem impacto na educação sexual dos adolescentes em geral.

Linhares (2018) destaca que construiu-se colaborativamente uma proposta de formação docente na temática. Proposta que visa construir e reconstruir conceitos de forma reflexiva, no âmbito escolar e Cabral (2017) concluiu que ainda é necessário esclarecer sobre a definição dos termos básicos “sexo e sexualidade” entre os pais. Para Matos (2018) ficou evidente a importância da discussão em torno da sexualidade em todas as etapas da formação, uma vez que essa dimensão da identidade está presente desde o nascimento e Vilela (2017) aponta que seu estudo permitiu adentrar um pouco o universo adolescente e conhecer quais são suas concepções de sexualidade.

Ressaltamos a importância dos principais resultados dos trabalhos, que apontam a necessidade de que haja investimentos na formação dos profissionais da educação, que assuntos como gravidez na adolescência, aborto, homossexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), homofobia, valorização e respeito às diferenças cada vez mais consigam adentrar os espaços escolares, que os pedidos por conhecimento desenhados nas portas dos banheiros ou nas cadeiras e carteiras possam ser “ouvidos”, debatidos e vistos com um olhar crítico, mas sem o excesso de pudores.

Estão imbricados em escolas espalhadas pelo país posicionamentos e enunciados explícitos sobre sexualidade. As pesquisas analisadas apontam tanto o interesse por parte dos estudantes, como a pouca oferta de oportunidades e diálogo para sanar dúvidas e promover o conhecimento, corroborando para que a pesquisa socializada neste volume se justifique, tenha relevância, intencionalidade e possibilidade de oferecer reflexões sobre o tema.

Analisar as produções possibilitou que estratégias fossem pensadas e elencadas para quando a busca pelas fontes e demais materiais se iniciasse. Compreender os passos dados por demais pesquisadores, conhecer seus anseios colaborou para o direcionamento da escrita, além de propiciar que um artigo fosse construído e aprovado no ano de 2021, no sétimo Congresso Nacional de Educação (CONEDU) e compusesse o e-book<sup>2</sup> do evento.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/82319>>. Acesso em: 28/09/2022.

## 2 O ENUNCIADO “EDUCAÇÃO SEXUAL” PRESENTE NO DISCURSO OFICIAL

A ideia central desse capítulo foi identificar como o enunciado “Educação Sexual” foi, ou é encontrado no discurso oficial da educação brasileira entre 1998 a 2021, direcionando ao Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, ao município de Naviraí, mas antes de darmos seqüência a esse objetivo, algumas considerações foram levantadas.

O Brasil é regido por um regime democrático em um sistema presidencialista que foi retomado no ano de 1988, quando foi promulgada uma nova Constituição Federal (BRASIL, 1988), que é onde encontramos o apanhado de leis que balizam a conduta dentro do solo brasileiro. Para tanto, em uma breve pesquisa feita dentro desse documento, utilizando-se dos termos, sexualidade, educação sexual, orientação sexual, sexual e sexo, apenas nos dois últimos encontramos resultado, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1.** Busca de termos referentes à sexualidade na Constituição Federal

TERMO	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
<b>Sexual</b>	§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração <u>sexual</u> da criança e do adolescente;
<b>Sexo</b>	IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, <u>sexo</u> , cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
<b>Sexo</b>	XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o <u>sexo</u> do apenado;
<b>Sexo</b>	XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de <u>sexo</u> , idade, cor ou estado civil;

**Fonte:** Elaborado com os dados da pesquisa (2022).

Em nenhuma parte do texto Constitucional de 1988 é levantada a questão da sexualidade alinhada à educação. A própria Lei nº 9394<sup>3</sup>, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) não apresenta nenhuma referência à promoção de discussões relacionadas à sexualidade, mas destaca em seu artigo terceiro em quais princípios o ensino será pautado e, neste sentido, três deles chamam atenção: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;”, e abre espaço para possibilidade de diversas discussões do que se deve ou não ser ensinado, tanto é que uma pesquisa nacional intitulada *Educação, Valores e Direitos* coordenada pelo Centro de Estudos Pesquisas em

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 30 set. 2021

Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e pela Ação Educativa e realizada pelo Centro de Estudos em Opinião Pública (Cesop/Unicamp) e Instituto Datafolha; foram entrevistados 2.090 brasileiros com idades entre 16 anos ou mais, de 130 municípios do país, de 8 a 15 de março de 2022, e levantou pontos relevantes relacionados à educação sexual.

Uma tabela que tem como título: *Em cada tema tratado, há aspectos progressistas e conservadores na fala dos entrevistados* (CENPEC, 2022) traz os apresentados no Quadro 2.

**Quadro 2.** Respostas da pesquisa relacionada à Educação Sexual

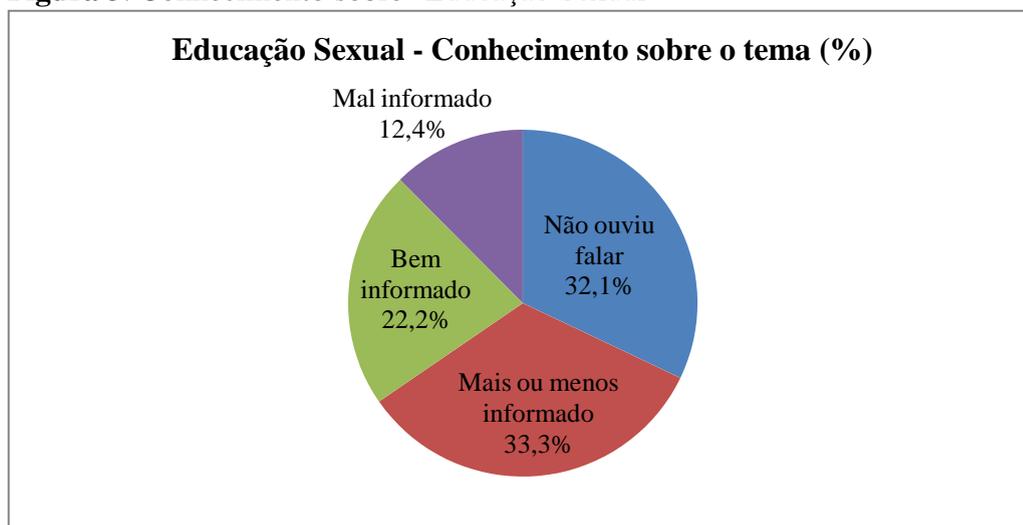
<b>Tema</b>	<b>Aspecto Progressista</b>	<b>Aspecto conservador</b>
<b>Educação Sexual</b>	Prevenção do assédio, abuso sexual e violência doméstica. Entendimento de que pais não estão preparados para falar do assunto com filhos e filhas.	Entendimento que deve ser restrito ao ambiente familiar. Percepção de que a orientação sexual e a identidade de gênero são escolhas individuais e influenciadas por professores e colegas. A educação sexual influenciaria a sexualização precoce de crianças.

**Fonte:** Pesquisa *Educação, Valores e Direitos* (CENPEC, 2022).

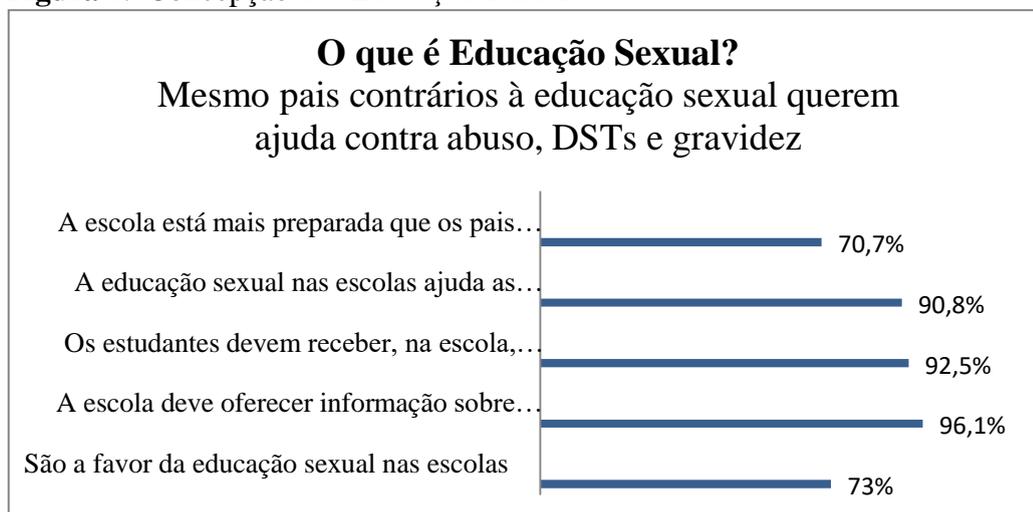
Tal aspecto conservador acaba por dificultar a inserção de temas ditos “polêmicos” conforme afirma o Manual de defesa contra a censura nas escolas (2021, p. 6):

Os ataques contra docentes e instituições de ensino são provocados por movimentos reacionários que promovem desinformação geral, medos, preconceitos e que, de forma leviana, mobilizam o sentimento das famílias sobre temas naturalmente inquietantes no ensino (política, desigualdades, gênero, sexualidade, racismo etc.). Essa manipulação parte do argumento de que as famílias – em especial, as conservadoras – teriam o direito de determinar quais os conteúdos a escola deveria abordar. Ocorre que os princípios constitucionais da educação escolar são direitos previstos como cláusulas pétreas (imutáveis) na Constituição, cujo propósito é justamente servir à proteção e à defesa de educadoras e educadores, estudantes e escolas contra ameaças que possam sofrer. A democracia – e, como consequência, a participação e a gestão democrática da educação – tem como finalidade, como “chão”, a garantia dos direitos humanos; em especial, do direito humano à educação de qualidade para toda a população. Portanto, a gestão democrática não pode ser evocada como forma de restringir os direitos legalmente previstos e limitar a abordagem de conteúdos escolares ao que defende as doutrinas religiosas e políticas de determinadas famílias.

Outros aspectos são apontados pela pesquisa, como os dispostos na Figura 3.

**Figura 3.** Conhecimento sobre “Educação Sexual”

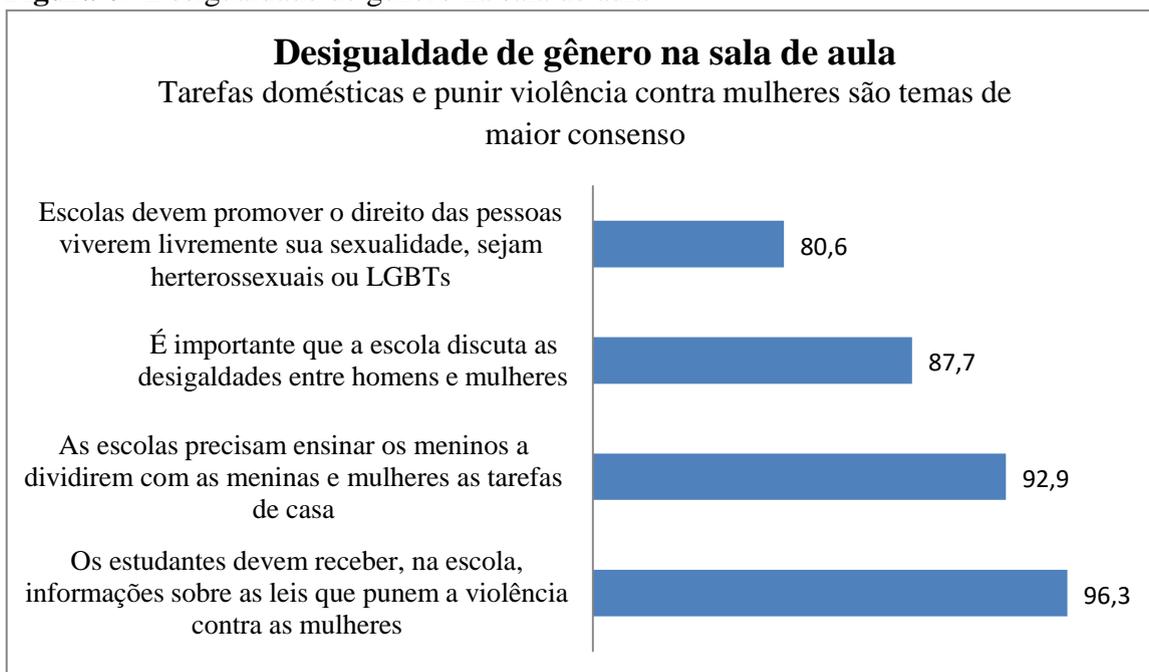
**Fonte:** Dados da pesquisa *Educação, Valores e Direitos* (CENPEC, 2022).

**Figura 4.** Concepção de “Educação Sexual”

**Fonte:** Dados da pesquisa *Educação, Valores e Direitos* (CENPEC, 2022).

**Figura 5.** Abordagem sobre “Educação Sexual” na escola

**Fonte:** Dados da pesquisa *Educação, Valores e Direitos* (CENPEC, 2022).

**Figura 6.** Desigualdade de gênero na sala de aula

**Fonte:** Dados da pesquisa *Educação, Valores e Direitos* (CENPEC, 2022).

Os dados levantados pela pesquisa são relevantes a serem analisados, tendo em vista que diversos autores e estudiosos levantam a bandeira da inserção de fato da Educação Sexual nas escolas, devido a sexualidade fazer parte do cotidiano escolar, conforme destaca Louro (1997, p. 131): “As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas

fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; [...],” o que concorda com Figueiró (2001, p. 19) quando ressalta que “A sexualidade é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica, pois é, também, culturalmente determinada. As informações sobre ela, trabalhadas na escola, precisam envolver reflexão, tanto individual, quanto coletiva, [...]”, ou seja, não seria algo ao acaso, das escolhas dos professores, mas algo pensado, elaborado e que refletisse as necessidades da escola.

Muitos pais e até mesmo professores apontam para uma necessidade de alicerçar a Educação Sexual ligada ao âmbito biológico que essa possui, e acabam desconsiderando todos os demais fatores que estão por trás dessa situação:

Muito além de auxiliar na redução dos problemas sociais graves, tais como, gravidez precoce e/ou indesejada e de contaminação das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e AIDS, a Educação Sexual deve ser realizada a fim de contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do educando e, conseqüentemente, para sua qualidade de vida. (FIGUEIRÓ, 2001, p. 19).

E nesse sentido é que iremos buscar na legislação vigente leis, decretos, e demais normativas, que amparam a possibilidade de inserção no currículo de assuntos que visem levar aos estudantes o conhecimento necessário sobre seus corpos, suas vidas e suas sexualidades.

## **2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997) são diretrizes flexíveis que podem ser adotadas pelas escolas de todo país, apresentam uma série de propostas que foram lançadas em 1997 e ainda norteiam ações nos currículos de inúmeros educandários. Tem por finalidade e “configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.” (BRASIL, 1997, p. 13), além de que “constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações”.

Os PCNs (BRASIL, 1997) apresentam seis volumes divididos em língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte e educação física e outros três volumes que se dividem em justificar o porquê de se trabalhar com temas transversais, além de trazer uma abordagem sobre ética, pluralidade cultural e orientação sexual e meio ambiente e saúde; para a pesquisa selecionamos os escritos sobre orientação sexual.

Tais parâmetros, como bem destaca o documento, são atemporais e necessários de serem repensados, revistos e ressignificados, cabendo às instituições escolares trazer para suas realidades o que os mesmos apontam, objetivando melhorar as estratégias de abordagem com os estudantes e municiar os professores com material elaborado e direcionado as etapas de ensino a que pertencem.

O tema “Orientação Sexual” disposto no documento está dividido em partes: Apresentação; Justificativa; Concepção do tema; O trabalho de orientação sexual na escola; Manifestações da sexualidade na escola; Postura dos educadores; Relação escola-famílias; Orientação sexual como tema transversal; Objetivos gerais; Conteúdos de orientação sexual para terceiro e quarto ciclos; Critérios de seleção; Blocos de conteúdos; Corpo: matriz da sexualidade; Relações de gênero; Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis / Aids e O trabalho com orientação sexual em espaço específico.

Como é algo flexível e não obrigatório, a grande maioria das escolas não incluem a temática em suas pautas. As escolas de Naviraí, analisadas na pesquisa não possuem em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), entre os anos de 1998 a 2021, qualquer referência que faça menção a ações relacionadas à sexualidade ou a prática de uma Educação Sexual, apesar de conter em seus Livros de Ocorrência, como abordaremos no quarto capítulo, passagens que precisam ser encaradas de modo a desenvolver atividades com os estudantes que trouxessem o contexto sexual para ser discutido.

Negar que a sexualidade faz parte do cotidiano escolar é buscar ocultar o próprio processo educativo entre todos os agentes que fazem parte de uma instituição de ensino. A gravidez de uma professora, os sinais da puberdade, os primeiros namoros, as manifestações sexuais se tornam visíveis e mesmo que pensemos espaços para que diálogos sejam promovidos, a escola é um dos primeiros locais que manifestamos nossos corpos, desejos e vontades.

Passaram-se vinte e cinco anos da criação dos Parâmetros, muito foi acrescentado a discussão da sexualidade nos espaços escolares, mas ainda conseguimos perceber, como já dito, sua atemporalidade:

Com a ativação hormonal trazida pela puberdade, a sexualidade assume o primeiro plano na vida e no comportamento dos adolescentes. Toma o caráter de urgência, é o centro de todas as atenções, está em todos os lugares, na escola ou fora dela, nas malícias, nas piadinhas, nos bilhetinhos, nas atitudes e apelidos maldosos, no “ficar”, nas carícias públicas, no namoro, e em tudo o que qualquer matéria estudada possa sugerir. A escola pode ter papel importante, canalizando essa energia que é vida, para produzir conhecimento, respeito a si mesmo, ao outro e à coletividade. Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano. (BRASIL, 1997, p. 292-293).

Tais percepções ainda figuram as ações dos jovens e adolescentes brasileiros mesmo após a virada do século, com o advento tecnológico, acesso às informações em tempo real, e até mesmo na precocidade da geração que temos em relação às anteriores, percebemos que a sexualidade configura de maneira mais veemente por entre os muros escolares, as carteiras, os banheiros, os espaços de convivência. O que se deve buscar, portanto, é, conforme Bonfim explícita (2009, p. 5), uma ação “pautada em uma filosofia da sexualidade, com uma base ética e estética, representada e vivida com responsabilidade afetiva, despida de reducionismos estreitos condicionados em sua construção social conservadora.”.

O documento ainda nos faz refletir sobre a relação professor-aluno quando aponta:

A escola, sendo capaz de incluir a discussão da sexualidade no seu projeto pedagógico, estará se habilitando a interagir com os jovens a partir da linguagem e do foco de interesse que marca essa etapa de suas vidas e que é tão importante para a construção de sua identidade. A comunicação entre educadores e adolescentes tenderá a se estabelecer com mais facilidade, colaborando para que todo o trabalho pedagógico flua melhor. (BRASIL, 1997, p. 297).

Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre ações e projetos que os professores poderiam desenvolver no espaço escolar, valorizando as experiências, acolhendo as dúvidas e promovendo lugares de fala, para que as crianças e jovens possam estar sendo protagonistas de suas emoções, corpos e anseios.

Possibilitando a análise na íntegra dos PCNs, no tema “Orientação Sexual”, acreditamos que por quase trinta anos o Brasil vem buscando discutir a temática, mesmo que de maneira não-obrigatória e flexível. O documento apresenta diretrizes específicas para dar suporte às escolas, tendo como máxima o seguinte ideal:

Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia,

pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus. (BRASIL, 1997, p. 300).

E, dialogando com essa ideia, continuaremos na busca por documentos oficiais brasileiros, que podem e devem promover discussões pertinentes em relação à sexualidade das crianças e jovens que povoam nosso país e que necessitam de esclarecimentos sobre seus corpos, saúde e promoção crítica do que desconhecem.

Uma educação de qualidade é aquela que traz possibilidades, que norteia, que ensina e instrui, que faz pensar, questionar e refletir. Os PCNs são meios para um fim necessário, que é o conhecimento, o que está dito ou não dito nas escolas, o que buscam esconder, o que tem medo de deixar a mostra, é nesse sentido que mais adiante, o enunciado “Educação Sexual” nas escolas escolhidas para a pesquisa será convidado a comparecer nas reflexões.

## **2.2 Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação**

O Brasil é dividido em três esferas de governo, a União que compreende o âmbito nacional, os estados e municípios e para cada uma existe um plano de educação. O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) teve sua elaboração em 1996 para vigorar entre os anos de 2001 a 2010, e aprovado pela Lei nº10172 de 09 de janeiro de 2001; após pesquisarmos nesse documento o termo “sexual”, selecionamos o que apresenta em uma de suas metas, com a seguinte redação:

12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais. (BRASIL, 2001, p. 35).

O PNE (2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, foi atualizado em 01 de dezembro de 2014. Nos propusemos realizar uma pesquisa em seu interior objetivando encontrar a relação com à sexualidade ou uma possível inserção da Educação Sexual nas escolas e obtivemos o seguinte resultado: ao pesquisarmos termos como sexo, sexualidade, educação sexual, não obtivemos êxito, quando buscado o termo orientação

sexual, encontramos uma passagem no item 6 do documento e que tem por título *Polêmicas em destaque* e diz o seguinte:

A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto. (BRASIL, 2014, p. 22).

Evidencia-se nessa parte do texto que o assunto foi polêmico por ser considerado ainda um tabu por parte expressiva da sociedade e de políticos conservadores. Ao buscarmos apenas o termo “sexual” tivemos retorno na meta 7 do Plano, que é o de fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o item 7.23 apresenta seguinte redação:

[...] garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (BRASIL, 2014, p. 65).

O que foi possível perceber é que no documento do PNE, em vigor até 2024, não existe nenhuma orientação em relação a questões relacionadas à sexualidade e como essa deve ser abordada nas escolas, diferentemente da meta 12.

Seguindo o mesmo formato adotado anteriormente, o Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul – PEE/MS (2003-2013) aprovado pela Lei nº 2.791, de 30 de dezembro de 2003, apresenta apenas uma única referência à sexualidade em seu texto, quando aponta na meta “6. [a] promoção de programas educativos e preventivos voltados ao combate à violência, drogas e doenças sexualmente transmissíveis, inclusive mediante parcerias;” (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 16). Já o PEE/MS (2014-2024), aprovado pela Lei nº 4.621 de 22, de dezembro de 2014 (MATO GROSSO DO SUL, ano de publicação), foi analisado em busca de suas orientações à sexualidade nas instituições de ensino e obtivemos os seguintes dados: a meta 7 indica para a necessidade de fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB temos o seguinte texto:

[...]. 7.33 implantar e desenvolver, até o segundo ano de vigência do PEE-MS, políticas de prevenção e combate à violência nas escolas, com capacitação dos profissionais da educação para atuarem em ações preventivas junto aos (às) estudantes na detecção das causas como: violência doméstica e sexual, questões étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, para a adoção das providências adequadas, promovendo e garantindo a cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade; 7.34 promover e garantir a formação continuada dos profissionais da educação, incluindo gestores e servidores das secretarias de educação, sobre: direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/Aids, alcoolismo e drogas, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade, questões étnico-raciais, geracionais, situação das pessoas com deficiência, na vigência do PEE-MS; 7.35 elaborar e distribuir, em parceria com os órgãos competentes, material didático para educadores(as), estudantes e pais e/ou responsáveis sobre: direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/Aids, alcoolismo e drogas, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade, questões étnico-raciais e geracionais. (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 57-58).

O que podemos perceber é uma espécie de avanço no Plano Estadual quando promove em suas metas a promoção de ações referentes à sexualidade e configura ações que deveriam estar sendo praticadas pelo estado de Mato Grosso do Sul.

O Plano Municipal de Educação (PME) de Naviraí (2015-2025), que compreende todas as escolas do município sejam elas públicas municipais, públicas estaduais ou da rede privada de ensino, foi aprovado pela Lei n° 1.933, de 16 de junho de 2015 (NAVIRAÍ, 2015) e submetido aos mesmos critérios de pesquisa anteriores, obtendo os seguintes resultados: Assim como os planos Nacional e Estadual, na meta 7 possui a redação:

[...]. 7.30. desenvolver em parceria, durante a vigência do PME, políticas de prevenção e combate à violência nas escolas, com capacitação dos profissionais da educação para atuarem em ações preventivas junto aos (às) estudantes na detecção das causas como: violência doméstica e sexual, questões étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, para a adoção das providências adequadas, promovendo e garantindo a cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade; 7.31. oferecer, em parceria com os órgãos competentes, material didático para educadores(as), estudantes e familiares sobre: direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/Aids, alcoolismo e drogas, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade, questões étnico-raciais e geracionais e/ou outros interesses da comunidade. (NAVIRAÍ, 2015, p. 143-144).

O que podemos concluir após análise dos planos de educação vigentes nas três esferas públicas, e que abrangem o recorte temporal adotado pela pesquisa, é que as ações efetivas para promover uma educação sexual nas escolas são superficiais, pois não há nada que dê

clareza ao tema ou que direcione as escolas e professores em como atuar e levantar discussões que se encaixariam em uma efetiva Educação Sexual.

Dessa maneira, nem os Parâmetros Curriculares Nacionais e nem os Planos de educação, nas três esferas, demonstram com clareza o que se almejava em uma educação pautada nos estudos da sexualidade em sua amplitude.

### **2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)**

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas de cunho obrigatório da Educação Básica e objetivam orientar o planejamento curricular das escolas. Foram colocadas em prática em 2013 e “visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais.” (BRASIL, 2013, p. 8).

Considerando a relevância dessas diretrizes e considerando a sua obrigatoriedade na educação básica, ou seja, como documento que norteiam e balizam as ações das escolas brasileiras, houve o interesse de analisá-las com o intuito de conhecer o que as mesmas apresentam em relação à proposta de uma Educação Sexual ou de como a sexualidade das crianças e jovens são consideradas para a discussão.

Uma análise buscando termos como sexualidade(s), sexo, orientação sexual, educação sexual, sexual(ais), sexismo, sexista(s) foi realizada e obtivemos o seguinte resultados: Sexo (12); Sexualidade (05); Sexualidades (01); Sexual (26); Sexuais (02), Sexismo (05); Sexista (01) ; Sexistas (01); Orientação Sexual (126); e, não obtivemos resultado na pesquisa do termo Educação Sexual.

O texto apresenta importantes contribuições para uma educação crítica, emancipatória e que busque compreender os estudantes em suas peculiaridades, contribuindo para que as crianças e os jovens tenham possibilidade de expor suas inquietudes e seus pontos de vista, além de garantir a igualdade de direitos e a promoção do respeito e tolerância:

Os direitos civis, políticos e sociais focalizam, pois, direta ou indiretamente, o tratamento igualitário, e estão em consonância com a temática da igualdade social. Já o direito à diferença busca garantir que, em nome da igualdade, não se desconsiderem as diferenças culturais, de cor/raça/etnia, gênero, idade, orientação sexual, entre outras. Em decorrência, espera-se que a escola esteja atenta a essas diferenças, a fim de que em torno delas não se construam mecanismos de exclusão que impossibilitem a concretização do direito à educação, que é um direito de todos. (BRASIL, 2013, p. 105).

No artigo 16 do documento a seguinte redação é apresentada:

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. (BRASIL, 2013, p. 134).

Evidencia-se que temas que envolvam a sexualidade deveriam e devem constar dos documentos das escolas que foram analisados durante a pesquisa. A partir de 2013 as instituições da educação básica necessitariam incluir as temáticas em seus escritos, tanto que é preciso constar do Projeto Político Pedagógico (PPP) e esses devem considerar:

XV- valorização e promoção dos Direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas. (BRASIL, 2013, p. 179).

Contudo, além de serem pensadas as questões para os estudantes, é importante preparar os profissionais para que estejam aptos a conduzir discussões relacionadas às sexualidades dos estudantes e que não sejam questionadas as suas práticas por ideologias ou posicionamentos, como aponta Figueiró (2009, p. 143):

Qual seria o papel do professor que se dispõe a falar sobre sexualidade no espaço da escola? Alguns pais preocupam-se, justamente, por temer que os professores passem, para seus filhos, os valores que eles, professores, defendem. Assim, por exemplo, pais conservadores, que defendem a virgindade até o casamento (para as filhas, na maioria das vezes), temem que professores possam pregar valores divergentes, incentivando, no caso, o sexo antes do casamento. O contrário também pode acontecer, ou seja, pais que pretendem que seus filhos sejam livres para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, temem que professores conservadores venham lhes inculcar idéias de pecado. Teriam direito, os professores, de influenciar seus alunos com seus valores pessoais sobre o que consideram certo ou errado? Certamente que não; cabe a eles criar oportunidades várias, de reflexão, para que os alunos pensem e discutam com os colegas, a fim de que formem sua própria opinião sobre sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade

e aborto, entre outros. Cabe também ao professor, fazer com que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade.

Nesse sentido, cabe às escolas promover espaços de formação continuada de seus profissionais a fim de subsidiar o contexto científico e imparcial das discussões; o intuito é promover diálogos que venham a somar com os saberes dos professores e elucidar as práticas que devem ser incluídas em sala de aula.

Podemos perceber que nas DCNs existem direcionamentos relacionados à sexualidade e educação sexual, posteriormente, quando os documentos das escolas pesquisadas e dentro do período do recorte adotado, o enunciado “Educação Sexual” será colocado em análise e minuciosamente estudado, bem como as demais Leis que estão em vigor em nosso estado, e continuaremos as buscas por outras fontes que permitam o conhecimento sobre como a sexualidade é encarada em seus interiores.

## **2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 07). Nesse sentido, tendo caráter normativo iremos analisar em suas páginas quais são as referências em relação à sexualidade.

Na segunda etapa do ensino fundamental, que compreende do sexto ao nono ano “são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária” (BRASIL, 2018, p. 327), além de que:

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. (BRASIL, 2018, p. 327).

A ideia é que os alunos sejam “protagonistas na escolha de posicionamentos que valorizem as experiências pessoais e coletivas, e representem o autocuidado com seu corpo e

o respeito com o do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva.” (BRASIL, 2018, p. 343).

E na proposta de inserção do tema sexualidade, apresenta apenas na área das ciências da natureza, no oitavo ano do ensino fundamental, conforme dispõe quadro:

**Quadro 3** - Ciências no Ensino Fundamental – anos iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades

Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Habilidades
Vida e evolução	Mecanismos Reprodutivos, Sexualidade	<p>(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.</p> <p>(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.</p> <p>(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).</p> <p>(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.</p> <p>(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).</p>

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016).

O conteúdo sexualidade aparece na Unidade Temática intitulada “Vida e evolução” considerando que “Praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano.” (BRASIL, 1997, p. 292). Ou seja, as demais áreas do conhecimento não utilizam em seus currículos, conforme a BNCC, assuntos que tangenciam a sexualidade.

Buscaremos nos Currículos específicos do Estado de Mato Grosso do Sul dados que norteiem as ações dos professores sobre a Educação Sexual, já que diante do que foi encontrado nos documentos analisados, pouco se tem de forma específica envolvendo a sexualidade e a sua inserção nos diálogos e práticas a serem desenvolvidos nas escolas.

### **3 SEXUALIDADE: PRÁTICAS E DISCURSOS EM CIRCULAÇÃO NAS ESCOLAS DE NAVIRAÍ-MS**

Nos dois primeiros capítulos nos debruçamos em estruturar a pesquisa tanto nos aspectos teórico-metodológicos quanto em questões relacionadas aos documentos oficiais. Nos demais capítulos buscamos nos aproximar das escolas que foram selecionadas para o estudo e analisar como o enunciado “Orientação Sexual” se encontra disposto nos documentos que norteiam as ações educativas dessas instituições escolares. Nesse sentido, este capítulo se propõe a analisar as práticas e os discursos que envolvem a sexualidade e se encontram em circulação nas escolas de Naviraí-MS.

Em um primeiro momento vamos recorrer a Foucault (1988) e ao seu estudo sobre a sexualidade, pois muitos podem estar se perguntando, mas por que a escola? Conseguiremos essa resposta em seu livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, quando destaca que “as instituições escolares ou psiquiátricas com sua numerosa população, sua hierarquia, suas organizações espaciais e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres” (FOUCAULT, 1988, p. 45).

Além de Foucault, Guacira Lopes Louro (1997, p. 131) também concorda que a escola é um local propício para se estudar a sexualidade, quando aponta que “As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros [...]”. Foi nesse intuito que nos dirigimos às escolas para acessar e selecionar os materiais necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Nem sempre é uma tarefa fácil adentrar instituições para buscar informações sobre o que fazem ou deixam de fazer, e as escolas por toda a sua história necessariamente buscam conservar suas informações. Como apontamos anteriormente, as escolas A, B e C são espaços conhecidos, o que auxiliou e facilitou que conseguíssemos chegar aos documentos com maior facilidade. Os PPPs de todas elas se encontravam impressos para consulta, assim como o Regimento Escolar; também é possível encontrá-los e acessá-los pela internet.

A sala da direção quase sempre é o local onde somos recepcionados e também onde se guardam a maioria dos documentos que buscamos acessar; os diretores são espécie de guardiões de pilhas e mais pilhas de papéis que narram uma história, que nos contam sobre o passado e que elucidam aquilo que fez e ainda faz parte da educação daquela instituição. É verdade que com o passar dos anos, a má conservação e os locais nem sempre apropriados faz com que muito da memória dessas escolas acabe se perdendo, como a falta de registros

importantes faz com que a pesquisa sofra danos, por vezes, irreversíveis. Mas em se tratando das três instituições pesquisadas, a grande maioria dos documentos, principalmente os Livros de Ocorrências (LOs) do recorte adotado, foram de fácil acesso e de suma importância para a consolidação da pesquisa.

Buscamos nesse capítulo, uma aproximação das escolas e analisarmos em seus interiores como o enunciado “Orientação Sexual” se desenvolveu, que papel teve ou quais as maneiras explícitas ou implícitas que esse está presente nos textos dos documentos orientativos.

### **3.1 Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul**

O Estado de Mato Grosso do Sul possui um documento que baliza e orienta os professores na construção de seus planejamentos, no que diz respeito aos componentes curriculares e o que é necessário para compor o aprendizado dos estudantes nos anos escolares em que se encontram. Em 2007 foi elaborado pela primeira vez o *Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS* (MATO GROSSO DO SUL, 2008) e entregue em 2008 para todas as escolas do estado. Tal documento passou por três reformulações, em 2012, 2020 e 2021. Em todas as edições o documento foi dividido em Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo seu título modificado em 2020 para “Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul”.

Nos empenhamos em buscar nesse documento orientativo, assim como realizado anteriormente com outros materiais, palavras relacionadas à sexualidade (sexo, orientação sexual, sexual, sexualidade) cabe salientar que o documento de 2008 foi encontrado somente na versão impressa e não se encontra disponível na versão digital.

No Referencial do Ensino Médio (MATO GROSSO DO SUL, 2008) não foram encontradas referências à sexualidade humana. No que diz respeito ao Ensino Fundamental, o Quadro 4 elucidou os dados localizados, e que foram encontrados unicamente no componente curricular de Ciências, o que demonstra mais uma vez o lado higienista e ligado basicamente à saúde, conhecimento do corpo e prevenção de doenças na abordagem da sexualidade. Não foram encontrados conteúdos envolvendo a sexualidade em mais nenhuma parte do documento.

**Quadro 4.** Conteúdos do Componente Curricular Ciências - Ensino Fundamental (2008)

ANO	BIMESTRE	CONTEÚDO
1º	1º	Conhecimento das partes do corpo.
2º	1º	O corpo e suas transformações: semelhanças e diferenças entre os sexos.
3º	3º	Diferenças – sexos feminino e masculino. Papéis sociais do homem e da mulher.
4º	4º	Gravidez precoce e DST/AIDS.
6º	4º	Ação dos hormônios no corpo: puberdade e adolescência. Gravidez e prevenção às DST/AIDS.
8º	4º	Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino. Fecundação, gravidez, pré-natal, tipos de parto e aleitamento materno. Sexo seguro e planejamento familiar. Aspectos biológicos e sociais da sexualidade humana.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Podemos perceber que existe no documento apresentado uma preocupação de tratar assuntos ligados à sexualidade, mesmo que de uma forma bastante limitada ao corpo e as ciências, assim como nos aponta essa citação:

Podemos afirmar que, na lógica da normativa de sexualidade proposta pelo Estado nos PCNs, a disciplina de Ciências também se situa como uma esfera controladora, consagrando um caráter informativo e biologista, deixando quase sempre de contemplar uma formação, uma educação sexual, restringindo-se à orientação sexual como propõem os PCNs, entendida como sendo de caráter informativo. A dimensão histórica da sexualidade aparece como construção feita sobre algo naturalmente dado. (BONFIM, 2009, p. 83).

Continuamos as buscas nas demais edições estudadas e no ano de 2012 o Currículo do Ensino Médio surpreende, ao trazer em suas páginas iniciais um capítulo intitulado “Educação para a igualdade de gênero”, onde defende a discussão sobre o tema além de destacar que “Em relação ao currículo, podemos encontrar os temas de sexualidade limitados às aulas de Ciência ou nos depararmos com a ideia de que tais temas não devem ser tratados como parte do currículo por serem assunto privado” (MATO GROSSO DO SUL, 2012, p. 26), repetindo o que já havia sido constatado aqui anteriormente. Ao adentrarmos mais no conteúdo do documento obtivemos o seguinte resultado no Componente Curricular Biologia (Quadro 5).

**Quadro 5.** Conteúdos do Componente Curricular de Biologia - Ensino Médio (2012)

ANO	BIMESTRE	CONTEÚDO
2º	4º	Identificação de padrões em fenômenos e processos vitais dos

		organismos, como manutenção do equilíbrio interno, defesa, relações com o ambiente, sexualidade entre outros.
3º	2º	Permuta e herança sexual.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O capítulo “Educação para a igualdade de gênero” também se encontra no referencial curricular de 2012 na etapa do Ensino Fundamental no componente curricular Ciências e esses são os resultados ao ser procurado temas envolvendo a sexualidade:

**Quadro 6.** Conteúdos do Componente Curricular de Ciências - Ensino Fundamental (2012)

ANO	BIMESTRE	CONTEÚDO
8º	4º	Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino. Fecundação e gravidez. Aspectos biológicos e sociais da sexualidade humana.
9º	1º	Criticar os mitos e crendices relacionados à sexualidade. Relacionar a importância do sexo seguro e do planejamento familiar com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e ao controle de natalidade para uma melhor qualidade de vida.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ficou perceptível a diferença de conteúdos envolvendo a sexualidade na reformulação do currículo, ou seja, em apenas quatro anos houve a retirada significativa de assuntos importantes e pertinentes à vida dos estudantes.

Em 2020 e 2021 a reformulação ocorreu até mesmo na nomenclatura do documento que passou a se intitular “Currículo de referência de Mato Grosso do Sul”. Um ponto relevante desse documento foi à inserção de um capítulo que tem como título: “Saúde, Sexualidade e Gênero, vida familiar e social”, deixando claro seu entendimento sobre o tema quando destaca “A sexualidade deve ser pauta durante todo o processo de desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e jovens dentro do espaço escolar, no viés da saúde e compreensão do funcionamento do corpo” (MATO GROSSO DO SUL, 2021, p. 43). Além disso, há no documento outro capítulo que nos interessou, que se chama “Superação de discriminações e preconceitos, como racismo, sexismo, homofobia e outros” e destaca que a escola é um espaço para superação de preconceitos e sempre deve estar “buscando uma visão de equidade, na qual todos tenham os mesmos direitos e deveres, independente de suas origens, credo, orientação sexual.” (MATO GROSSO DO SUL, 2021, p. 46).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também é citada e o capítulo “Saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social” abrange a Competência 8: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.” (MATO GROSSO DO SUL, 2021, p. 49).

Como se trata de um referencial específico para o Ensino Fundamental, o documento preocupa-se em avaliar esse processo de transição da infância para a adolescência:

Os sujeitos dos anos finais do Ensino Fundamental correspondem a uma faixa de transição entre a infância e a adolescência de extremas mudanças biológicas, sociais, psicológicas e emocionais. Segundo o Parecer CNE/CEB n. 11/2010 “os adolescentes, nesse período da vida, modificam as relações sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios” (BRASIL, 2010, p. 9). Com isso, as possibilidades intelectuais são ampliadas o que ocasiona a realização de raciocínios mais abstratos. (MATO GROSSO DO SUL, 2021, p. 109).

A existência de tais preocupações com o tema no documento despertou nosso interesse em investigar o que contempla em suas páginas envolvendo a sexualidade humana. Sobre o Ensino Fundamental, obtivemos os resultados apresentados no Quadro 7.

**Quadro 7.** Habilidade/Ação didática dos Componentes - Educação Física e Ciências - Ensino Fundamental (2020)

ANO	COMPONENTE CURRICULAR	HABILIDADE/AÇÃO DIDÁTICA
8º	Educação Física	(MS. EF89EF00 n.07) Cuidar da sua saúde física e psicológica, bem estar, afetividade, sexualidade e evitar exposições a risco. Proporcionar debates, palestras e rodas de conversa com profissionais de educação física, médicos e psicólogos sobre temas, como doping, anabolizantes, racismo, <i>bullying</i> , drogas, sexualidade e outros.
8º	Ciências	Nesta habilidade é importante iniciar com a morfologia dos sistemas reprodutores dos seres vivos nos aspectos evolutivos, identificar, diferenciar e descrever aspectos da reprodução assexuada e sexuada, tipos de fertilização ou existência de cuidado parental, na perspectiva evolutiva.  Sugere-se ao professor possibilitar aos estudantes a identificação, a compreensão e a diferenciação dos métodos contraceptivos, de acordo com sua adequação à prevenção de IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e gravidez. Nesta habilidade é importante também a compreensão do ciclo menstrual, gravidez, prevenção contra as IST.  Para desenvolver esta habilidade propõe-se ao professor, inicialmente, conceituar o termo sexualidade e suas múltiplas dimensões, além de aspectos como o cuidado e o respeito a si mesmo e ao outro, a construção da identidade social e cultural, a afetividade e a compreensão dos aspectos culturais envolvidos na sexualidade humana. Propor discussões sobre a maneira como a

		sexualidade é construída e suas manifestações na adolescência e na juventude.
--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Mais uma vez podemos perceber a repetição do cuidado com a saúde e o fator biológico predominante, deixando de lado os demais componentes curriculares que poderiam estar sendo inseridos para uma discussão mais ampla do assunto. O que chama atenção é que em nenhum momento disciplinas ligadas às Ciências Humanas são citadas para abordar a temática, História, Filosofia e Sociologia são deixadas de lado quando poderiam enriquecer e aprofundar os conhecimentos dispensados aos estudantes. No Currículo no Ensino Médio destacamos o exposto no Quadro 8.

**Quadro 8.** Habilidade/Ação didática do Componente Curricular Biologia - Ensino Médio (2021)

ANO	COMPONENTE CURRICULAR	HABILIDADE/AÇÃO DIDÁTICA
1º	Biologia	Análise de informações e Influências das vulnerabilidades ligadas às práticas e experiências da juventude com relação aos riscos da automedicação, drogas lícitas e ilícitas, sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs); A morfofisiologia e as características dos sistemas nervoso e endócrino.
2º	Biologia	Reconhecimento e proposição de intervenções nos serviços básicos de saneamento, programas de imunização, prevenção e tratamento de IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis), dentre outros.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tanto na etapa do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio existiu preocupação, nas versões de 2008, 2012, 2020 e 2021, de que existisse, mesmo que de forma pouco expressiva e limitada, a discussão da sexualidade basicamente alinhada à prevenção, ciências e a saúde.

Esses documentos balizaram e ainda balizam as ações educativas nas salas de aula das escolas eleitas para a pesquisa, por mais que por vezes seja do interesse do professor abordar a temática sexualidade em suas aulas, esse fica limitado ao currículo de referência, ou seja, o próprio documento dificulta a discussão, o que nos leva a refletir sobre o que realmente o Estado quer que seja ensinado e o que deixa suprimido.

A falta de indicações sobre o assunto, o incentivo nulo, ou a limitação da ampliação da visão e até mesmo da autonomia do professor ficam à mercê daquilo que constam nas páginas do documento orientativo, uma espécie de interdição mascarada por trás de uma tentativa unicamente biológica de trazer a sexualidade para a escola e para a sala de aula. Foucault (1996, p. 8-9) já nos alertava sobre isso:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso se a aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.

De que modo os professores conseguirão extrapolar o que se pede e ir além, se os mecanismos e ferramentas disponíveis são limitantes? Falta nitidamente a abertura para discutir sobre sexo, sobre o desejo dos estudantes de aprender muito além de prevenção, de conhecer seus corpos, de poder tirar suas dúvidas, de buscar conhecimento além de ficar se baseando unicamente no componente curricular intitulado Ciências. Quatorze anos analisados em documentos que norteiam o trabalho educacional sobre o tema, mas pouco se diz sobre o sexo, podemos perceber que os avanços foram pouco expressivos e que a temática ainda necessita ser ampliada e melhor conduzida.

Sabendo das limitações estruturais da escola, outro ponto bastante inquietante e pertinente para a pesquisa foi sobre a formação dos professores e como essa se deu durante os anos pesquisados, para que possibilitasse aos profissionais da educação conhecimentos, de modo que pudessem inserir nas suas práticas didáticas uma bem conduzida educação sobre sexualidade, desse modo, fomos atrás de conhecer quais foram às formações recebidas pelos docentes durante esses anos.

### **3.2 Formações dispensadas pela Secretaria de Estado de Educação de MS**

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma secretaria que está à frente da pasta da Educação. Nesse órgão existem diversas coordenadorias que orientam os trabalhos das escolas, uma delas se chama Coordenadoria de Formação Continuada (CFOR) e essa vem sendo responsável pela formação continuada dos profissionais da Rede Estadual de Ensino. Para começarmos a pesquisa fomos buscar documentos sobre a formação dos professores e tivemos contato com técnicos que trabalham nesta coordenadoria. Ao indagarmos sobre o

nosso real interesse, nos direcionaram para a Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação (COPEED) que tem o seu trabalho pautado em dar suporte e orientar sobre diversos assuntos e um deles é a sexualidade.

Solicitamos que nos fornecessem quais formações foram promovidas nos últimos anos, para que soubéssemos se em alguma delas a sexualidade humana estaria envolvida. Cabe salientar que ao buscarmos documentos nas escolas pesquisadas, nenhuma delas possuía em seus arquivos algum material que estivesse relacionado às formações promovidas. Constatamos que as escolas não têm como hábito guardar em seus arquivos documentos relacionados a atos formativos. Pudemos perceber que em meados dos anos 2000 as escolas iniciaram a arquivar atas, que em seu interior podemos encontrar informações sobre estudos, palestras ou similares. Desse modo constatamos que não existe em nenhuma das escolas visitadas, livro ou documento de atas que tratem unicamente sobre formações promovidas pela Secretaria de Educação.

Após quase um mês de formalizarmos a solicitação de acesso aos documentos, recebemos dois arquivos que trazem o seguinte resultado: no primeiro arquivo pudemos constatar que entre os anos de 2006 a 2021, 74 formações foram disponibilizadas aos profissionais da Rede e apenas duas delas discutem sobre sexualidade, sendo, em 2016 “Discutindo gênero, diversidade e homofobia”, que teve como público-alvo professores, coordenadores e diretores das escolas de Dourados-MS e, em 2021, “Direitos humanos e Políticas Públicas- Gênero e Sexualidade, Violência de gênero” que teve como público-alvo profissionais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

No segundo arquivo recebemos informações sobre as formações que foram mais específicas e relacionadas à sexualidade. Para compreender e analisar melhor os dados, elaboramos um quadro demonstrativo.

**Quadro 9.** Eventos de formação de professores sobre sexualidade (2015 e 2016)

<b>ANO</b>	<b>PARCERIA/ RESPONSÁVEIS</b>	<b>EVENTO</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>
<b>2015</b>	Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação (COPEED) em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia.	Seminário da Diversidade Sexual. Com objetivo de discutir tema e propor ações que possam minimizar as questões relacionadas à discriminação.	Escolas estaduais do município de Campo Grande.
	COPEED	Momento De reflexão sobre o combate à homofobia em Mato Grosso do Sul, com o objetivo de garantir a construção de uma sociedade sem qualquer forma de	Funcionários da secretaria de Estado de Educação.

		discriminação.	
2016	COPEED	Formação continuada para diretores, coordenadores pedagógicos e professores: discutindo gênero, diversidade e homofobia.	Escolas da rede estadual de Campo Grande.
	COPEED	Discutindo gênero, diversidade e cidadania. Auxiliar os profissionais de educação no entendimento a respeito de gênero e como levar essas discussões para a sala de aula.	Rede estadual de Campo Grande.
	COPEED e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, professores Ana Gomes e Aparecido Reis.	Laboratório: gênero e diversidade sexual.	Professores da Escola Estadual Riachuelo - Projeto AJA.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O que podemos constatar é que as formações tiveram um público-alvo bastante específico e atendeu, na maioria dos casos, apenas a capital do estado. As escolas estaduais de Naviraí/MS pelo que foi constatado pela pesquisa e até mesmo no diálogo com os profissionais atuantes nas instituições, não receberam nenhuma formação que envolvesse sexualidade no período do recorte temporal adotado.

Os problemas enfrentados pelos professores em relação a falta de formação específica, acreditamos que seja um dos fatores para que haja dificuldade de inserção da temática em sala de aula. Podemos constatar que não houve preocupação em expandir os diálogos que tragam a sexualidade como tema e nem promover para as demais escolas do estado ciclos formativos e preparatórios para uma educação sexual. Tais questões são de interesse de pesquisadores e as dificuldades percorrem as instituições, por todo o país:

A fragilidade formativa enfrentada por educadores/as, ressalta a necessidade de disciplinas sobre sexualidade como componente curricular dos cursos de licenciatura e de formações contínuas: Oliveira; Maio (2012), Figueiró (2014), Bonfim (2010), evidenciando a urgência em cursos de formação continuada de educadores/as em educação sexual com formadores e formandos motivados, livres de preconceitos e com um firme desejo de auxiliar os indivíduos a compreenderem e encarar a sexualidade. (NASCIMENTO; BEZERRA, 2018, p. 539).

Tal fragilidade acaba se tornando uma imensa barreira no desenvolvimento de uma educação para a sexualidade, mas também podemos perceber que existe “[...] o aumento do número de matérias e reportagens sobre educação sexual com uma abordagem humanista e

com ênfase no papel da escola, dentre as quais muitas incluem contribuições de profissionais que atuam no campo da educação sexual” (FIGUEIRÓ, 2019, p. 78).

Principalmente na última década, discussões envolvendo o papel da escola diante de uma formação que envolva a educação sexual vêm ganhando campo de diálogo entre pesquisadores e professores, mas sem efetiva estruturação e aplicação em sala de aula. Preparar os profissionais para que estejam aptos a desenvolver os seus papéis é dever do Estado e esse se omite de sua responsabilidade, por fundamentalismo principalmente de pais e de demais setores que acreditam que não seja papel da escola discutir sexualidade com os estudantes.

Cabe destacar que o próprio PCN (BRASIL, 1997) que discute Orientação Sexual, delimita suas funções e direciona a ação docente quando aponta:

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. O trabalho de Orientação Sexual na escola se faz problematizando, questionando e ampliando o leque de conhecimentos e de opções para que o próprio aluno escolha seu caminho. A Orientação Sexual aqui proposta não pretende ser diretiva e está circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor. Tal postura deve, inclusive, auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como vivência pessoal. (BRASIL, 1997, p. 299).

O papel docente faz toda diferença em tal tarefa e conforme os PCNs (BRASIL, 1997, p. 302), “Os professores precisam se mostrar disponíveis para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora, exceção feita às informações que se refiram à intimidade do educador”. O papel da escola também faz toda diferença, quando os atores entendem suas responsabilidades e atribuições: “A escola deve informar, problematizar e debater os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando não a isenção total, o que é impossível, mas um maior distanciamento das opiniões e aspectos pessoais dos professores”. (BRASIL, 1997, p. 302).

E, no que diz respeito a formação dos docentes, fica nítida a sua necessidade quando podemos constatar que:

É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. É necessário que os professores possam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate sem a imposição de valores específicos. A postura dos educadores precisa refletir os valores democráticos e pluralistas propostos e os objetivos gerais a serem alcançados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, os professores devem transmitir, por sua conduta, a valorização da equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, eles próprios respeitam a opinião de cada aluno e, ao mesmo tempo, garantem o respeito e a participação de todos, explicitando os preconceitos e trabalhando pela não-discriminação das pessoas. Para a construção dessa postura ética, o trabalho coletivo da equipe escolar, definindo princípios educativos, em muito ajudará cada professor em particular nessa tarefa. (BRASIL, 1997, p. 303).

Tais formações específicas não foram disponibilizadas aos profissionais no município de Naviraí, entre os anos de 1998 a 2021. Todos os documentos que acessamos nos levaram a constatar a necessidade de que haja uma preocupação mais contundente por parte do Estado no que diz respeito ao processo formativo que dê possibilidade aos docentes de inserirem em suas aulas discussões envolvendo a sexualidade como um todo. O que podemos notar, e é digno de reflexão, é o despreparo, o medo por parte do julgamento das famílias e a falta de respaldo, até mesmo nos documentos que norteiam as ações educativas em sala de aula. Tudo isso acaba por impedir, até mesmo para aqueles professores que se interessam pelo tema, de colocá-lo em prática no cotidiano escolar.

Existem ainda dois documentos que são referências na tomada de decisões da escola: o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, abordados no próximo tópico.

### 3.3 Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas são documentos orientativos que norteiam as ações educacionais dentro das instituições de ensino. Já o Regimento Escolar regula, define, estrutura e normatiza as ações das escolas.

Os Projetos de todas as escolas pesquisadas foram analisados referentes aos seguintes anos: 2012, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020, totalizando 18 documentos entre as três instituições. Em nenhuma das mais de 700 páginas lidas, encontramos referência à educação sexual; nenhum projeto desenvolvido e nenhuma formação ofertada. Isso demonstra um dado preocupante já que diante dos documentos até aqui analisados, tanto os que são de nível nacional, quanto os de nível estadual, não foi possível evidenciar com clareza e de forma explícita o enunciado “Orientação Sexual”.

Todos os anos as escolas são convidadas a repensar seus PPPs, rever metas, projetos, questões de nível estrutural, pedagógica e administrativa. Essa tarefa tem por obrigatoriedade contar com todos os setores da escola, sejam pais, alunos, professores, direção, corpo administrativo e demais atores que influenciam em tal processo, mas como nos aponta Gandin (s/a, p. 4), nem sempre é realizado à risca:

Muitas escolas realizam projetos político-pedagógicos que apenas fazem a primeira parte da concepção do planejamento participativo: ficam na etapa da definição dos ideais, ou do que se chama por vezes, a “filosofia da escola”. Não quero dizer que isso não seja já um avanço, mas corre-se o risco, ao não se avançar e realizar um diagnóstico e um detalhamento do que se vai fazer concretamente a partir desse processo de elaboração do projeto político-pedagógico, de desmotivar os envolvidos no trabalho da escola. O que convence os envolvidos na construção de um processo de planejamento de que valeu a pena dedicar-se a esse processo é a consciência de que o diagnóstico ajudou a entender as origens dos problemas sentidos no dia-a-dia e a instituição de práticas concretas na escola que começam a modificar os problemas (rumo ao ideal traçado) em suas origens. Isso só ocorre com a realização de todas as etapas do planejamento participativo.

É de se pensar que a possibilidade da construção coletiva de um documento tão importante para as escolas, seria propício de ser colocado em pauta, trazendo para a discussão a inserção de uma possível educação sexual; famílias, direção, alunos e professores poderiam chegar a um consenso em como abordar a temática nas aulas, sabendo que todos os envolvidos dariam aval ao processo. Mas o que percebemos é o caráter meramente burocrático do documento e sua pouca aplicabilidade prática no dia a dia das instituições de ensino.

O Regimento Escolar (RE) utilizado nas escolas lócus da pesquisa, possui uma resolução específica e que serve para todas as escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. A Resolução/SED nº 3.280, de 17 de maio de 2017 (MATO GROSSO DO SUL, 2017), aprova o RE e nesse, assim como no PPP, não há menção ao tema sexualidade. Contudo, consideramos que existem espaços para a sua inclusão ou interpretação de lacunas, que poderiam ser sanadas caso fossem inseridos temas tão pertinentes à Educação. O capítulo III, artigo 7º, tem a seguinte redação: “VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.” Momento ideal para buscar parcerias com a família e a comunidade para se pensar a sexualidade dentro dos espaços escolares.

No capítulo VI, artigo 25º, “X- ensino de valores e respeito ao bem comum.”, poderia ser incluído o diálogo sobre o respeito às diferenças e o combate aos preconceitos, assim como a valorização da diversidade.

No capítulo IV, Art. 76. É proibido ao diretor, diretor-adjunto, secretário escolar, coordenador pedagógico, corpo docente e aos integrantes do serviço de apoio à educação básica: “X- ferir a susceptibilidade do estudante no que diz respeito às suas convicções religiosas, políticas, de gênero ou nacionalidade, evitando qualquer tipo de discriminação ou preconceito”. Este item deveria ser trazido para a discussão pelos professores, com o intuito de promover diálogo sobre o respeito, a tolerância e a empatia.

Por se tratar de um documento regulador, caberia a inclusão de ações que permeiam a sexualidade dos estudantes e que promovessem o diálogo sobre gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, violências contra gênero, homofobia, nome social, entre tantas ações necessárias e pertinentes à grandiosidade reguladora do documento.

#### 4. SEXUALIDADE: AS PUNIÇÕES E INTERDIÇÕES PRESENTES NOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS ESCOLARES E OS GRAFITOS DOS ESTUDANTES

A proposta do Capítulo foi a de analisar os enunciados encontrados nos Livros de Ocorrências das escolas participantes da pesquisa e compreender a interligação entre os sujeitos e as relações de poder na hierarquia escolar. Para tanto, utilizamos reflexões foucaultianas e de outros autores, na busca por conexões entre as leis, diretrizes, documentos normativos e o que ocorre no dia a dia das escolas. Outro ponto relevante abordado foram as pichações nos banheiros e demais espaços, procurando refletir sobre como essas podem ser lidas como um pedido, um clamor para se discutir a sexualidade nas instituições de ensino.

Partimos do pressuposto indicado por Foucault (1996) em sua obra *A ordem do discurso*, palestra proferida em 02 de dezembro de 1970, na Aula Inaugural no Collège de France, onde o autor destaca três sistemas que excluem a validade do discurso: a interdição, a separação/rejeição e o sistema histórico. Levando-se em conta que:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 6-7).

O discurso foi proferido em 1970 e podemos perceber que a sexualidade estava na ordem dos discursos e das problematizações. Como evidenciado em páginas anteriores, e conforme aponta Foucault (1996, p. 6), temos um “tabu do objeto” que se relaciona com o sexo e também com os processos de interdição que este sofre. As escolas não possuem em

seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e até mesmo em diretrizes específicas que amparem de forma mais contundente a discussão que traga a sexualidade como um de seus focos, o que acaba dificultando o acesso às informações pertinentes às crianças e adolescentes, que seriam o público-alvo de ações que versam sobre doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, nome social, homofobia, entre outros. Cabe destacar que o não acesso ou a dificuldade de obter informações sobre determinado assunto, já pode ser considerado como uma espécie de interdição. Essa que cabe reflexão, ocorre pelo Estado, quando não dá o respaldo necessário por meio de leis, diretrizes, parâmetros; por meio das famílias, que creem não ser papel da escola falar sobre sexualidade; por parte das escolas, que não incluem em suas pautas assuntos que versem sobre o tema; por parte dos professores, que não abordam a sexualidade/sexo em suas aulas; e, por parte do próprio contexto histórico, que coloca a sexualidade como um “tabu do objeto”.

Sabemos que os lugares de fala e quem pode levantar certas discussões está relacionado a certo jogo de poder, onde apenas determinados sujeitos não sofrem as interdições impostas seja pela sociedade, Estado ou pela instituição de ensino. Nesse sentido, as ocorrências se relacionam em um jogo de acabar punindo aqueles que não se encaixam nas normas impostas e que buscam questionar as interdições que sofrem:

Registra-se que os livros de ocorrência surgem no contexto educacional com a democratização do ensino, tendo em vista o grande contingente de alunos das diversas camadas sociais num mesmo espaço e a inserção de alunos das mais diversas circunvizinhanças para a zona urbana e, como forma de ‘controlar’ o comportamento dos alunos ditos ‘indisciplinados’ adota-se a forma de registro em questão no qual vão relatados os ‘desvios de condutas’ com o objetivo de ‘vigiar’ e ao mesmo tempo ‘punir’ os reincidentes, ou mesmo encaminhá-lo para instâncias superiores que lidam com os ditos “delinquentes”. (GAMA, 2009, p. 96).

O que foge às regras impostas pelas escolas acaba se tornando uma maneira de controlar as ações dos sujeitos conforme processos de interdição que cada instituição impõe. O que averiguamos foi uma expressiva gama de ocorrências.

Como aponta Gama (2009, p. 101):

Compreendendo o livro de ocorrências como um documento, no qual a escola registra os atos disciplinares cometidos pelos alunos e entendendo que o mesmo funciona como um procedimento de punição para os mesmos que não respeitam as normas impostas pela escola, o livro de ocorrências desempenha um papel fundamental no que diz respeito à tentativa de a escola fazer com que os alunos sejam disciplinados. Em outras palavras, ele é tido como uma espécie de exame que visa avaliar e classificar o aluno em relação ao seu comportamento indisciplinado. No horizonte dos saberes

lingüísticos contemporâneos, a associação entre identidade, discurso, história, instituições e práticas faz-se presente, transcendendo o campo dos vários enfoques teóricos que lhe dão sustentação para se inserir no debate político-cultural sobre a (pós)modernidade e seus processos constitutivos. Numa perspectiva foucaultiana, os livros de ocorrências podem ser considerados como uma espécie de exame, no qual os procedimentos são acompanhados por um sistema que visa registrar, isto é, documentar tudo intensamente, ou seja, o uso do “poder da escrita” no funcionamento da disciplina.

Após realizar a seleção dos registros de ocorrências das escolas, observando situações que envolveram ou envolvem a sexualidade, obtivemos trezentas e quarenta e duas (342) ocorrências entre os anos de 1998 a 2021, conforme dispostas nos quadros a seguir.

**Quadro 10.** Números de ocorrências nas escolas

<b>Instituição</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Escola A	44
Escola B	102
Escola C	196
<b>TOTAL</b>	<b>342</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando o teor das ocorrências encontradas foi possível classificá-las e agrupá-las, conforme apresentado nos quadros 11, 12 e 13.

**Quadro 11.** Tipos de ocorrências (*Escola A*)

<b>Tipo de ocorrência</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Assédio por parte de professores	03
Assédio entre colegas	05
Grafitos em banheiros	03
Palavrões que fazem referência ao sexo	18
Namoros na escola	03
Bullying envolvendo a sexualidade	12

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

**Quadro 12.** Tipos de ocorrências (*Escola B*)

<b>Tipo de ocorrência</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Assédio por parte de professores	02
Assédio entre colegas	36
Palavrões que fazem referência ao sexo	25
Namoros na escola	06
Bullying envolvendo a sexualidade	18
Roupas curtas na escola	07
Grafitos em banheiros	05
Bilhetes que fazem referência ao sexo	03

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

**Quadro 13.** Tipos de ocorrências (*Escola C*)

<b>Tipo de ocorrência</b>	<b>Número de ocorrências</b>
---------------------------	------------------------------

Assédio entre colegas	64
Palavrões que fazem referência ao sexo	36
Namoros na escola	12
Bullying envolvendo a sexualidade	34
Roupas curtas na escola	18
Grafitos em banheiros	22
Bilhetes que fazem referência ao sexo	10

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Salientamos que não foi possível precisar as datas de todas as ocorrências, pois em várias delas está faltando o ano do fato/registro. Ressaltamos que mais de 80% ocorreram entre os anos de 2014 a 2019 e apresentando apenas uma ocorrência no ano de 2021, por se tratar de aulas remotas em decorrência da pandemia (Covid 19). Outro ponto relevante é que quando referenciamos os grafitos nos banheiros, estes não estão relacionados às ocorrências escritas, mas ao número de desenhos/imagens que foi evidenciado pela análise in loco. Nenhuma das escolas possui ata ou outro tipo de registro referente aos grafitos nos banheiros.

O acesso aos documentos ocorreu sem dificuldades e cada escola guarda os livros de ocorrências em lugares distintos: a *Escola A* deixa na secretaria escolar, a *Escola B* arquiva junto à sala da direção e a *Escola C* na sala da coordenação pedagógica. Por se tratarem de documentos permanentes, eles não podem ser descartados e nem retirados da escola, portanto todo o manuseio, leitura e fotografias ocorreram em inúmeras visitas e horas de pesquisa no interior das escolas. Todos eles estão bem conservados apesar de muitas ocorrências serem de difícil leitura por letras ilegíveis.

Sobre a organização das ocorrências nos debruçamos em analisar duas vertentes dos enunciados, a interdição e a separação/rejeição. Do ponto de vista do Estado, quando se utiliza das normas e regimentos para punir os sujeitos e do ponto de vista dos estudantes, quando por meio de atitudes que envolvem a sexualidade (pichações, apelidos, entre outros), conscientemente ou sem intencionalidade aparente, clamam para que tais demandas e assuntos permeiam as ações desenvolvidas dentro das escolas. A tentativa se dá na busca de analisar as ocorrências buscando identificar o/os enunciados que colocam em circulação e compreender como os atores (direção-estudantes-famílias) se relacionam diante dos jogos de poder e dos processos de interdição, mostrando os lados entre ação-reação, os sujeitos, o poder e o “tabu do objeto”.

Trouxemos algumas imagens da materialidade das capas dos livros de ocorrência das escolas pesquisadas.

**Figura 7** - Livro e Ata de Ocorrências da *Escola A*



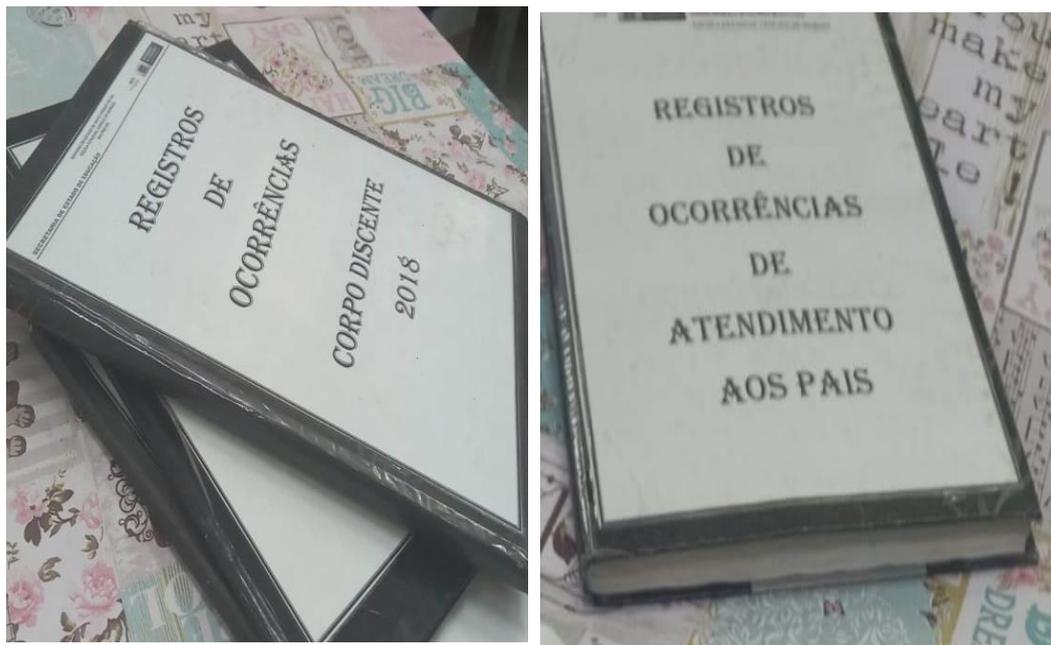
Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

**Figura 8** - Livro e Ata de Ocorrências da *Escola B*



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

**Figura 9** - Livros de Ocorrências da *Escola C*



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

#### **4.1 Interdições, sanções e punições: a Escola no exercício de poder**

Buscamos analisar as ocorrências escolares a partir de duas óticas particulares, em um primeiro momento, o processo de interdição que caminha articulado ao enunciado, em uma perspectiva das Escolas, e como estas lidam com as sanções e possíveis punições. Levamos em conta os sujeitos envolvidos, a hierarquia e de que maneira as instituições escolares abordaram o assunto e buscaram solucionar os problemas. Foram escolhidas seis ocorrências por escola. Em um segundo momento, a ocorrência pela ótica do estudante e seus pedidos, consciente ou inconscientemente, para que a sexualidade fosse abordada nas escolas.

Mas, antes que possamos começar de fato as análises, buscamos compreender o que significa Poder para Foucault (2006, p. 193), com quem dialogamos:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

A partir desse entendimento da concepção de Poder, e aceitando que a Escola é uma instituição que exerce poder e possui uma hierarquia que dita as regras e toma as decisões, começamos as análises pela *Escola A*:

**Ocorrência 01:** *Ata nº 36/2009. Aos dezoito dias de Maio, às 11 horas, a diretora adjunta “S.” e a coordenadora pedagógica “I.”, conversaram com a senhora “L.”, digo “L.”, mãe do aluno “A.”, do terceiro ano “E”.* A mãe foi convocada a comparecer na escola devido à atitude do filho descoberta pela direção no dia de hoje. O aluno “A.” enviou um vídeo que ele fez com a ajuda de um colega, usando o celular para o site [www.youtube.com.br](http://www.youtube.com.br), o chamado para o vídeo diz “sexo na escola - Naviraí MS” e o texto diz: “Ah o que você acha que aconteceu na Escola de Naviraí MS?” “Disseram que foi sexo mas esse foi para acabar kkk” [tal como está escrito]. O nome do remetente “A.”, a data de postagem 24/11/2008. A mãe assistiu o vídeo e reconheceu o filho. Os dois alunos simulam uma cena de sexo anal, com imagens e só. O tempo de duração é um 1m: 32s, no final eles mostram como fizeram o vídeo, usando o braço e um dedo. Deixamos claro para a mãe que não sabíamos do vídeo até na sexta-feira, quando uma funcionária da escola ouviu uma conversa entre alunos e nos comunicou. A coordenadora “I.” falou à mãe que no ano passado ela foi chamada a sala do “A.” pelo seu professor, porque ele estava perturbando com o celular. Provavelmente foi na época em que ele enviou o vídeo ao site, a coordenadora relatou também que “A.” colocou uma foto dele na sala da Coordenação, como se estivesse “tomando um cafezinho” no seu Orkut. Nos três anos que o “A.” estuda aqui não são as primeiras ações pejorativas envolvendo o nome da escola. O encaminhamento da direção da escola é a transferência do aluno, falamos à mãe que é este fato dá direito de processo criminal e civil, mas que não é a nossa intenção, desde que ele pegue sua transferência para outra escola. O colega dele, segundo sabemos, não estuda mais nessa escola. A mãe tomou ciência de tudo, A diretora “E” participou da conversa depois, e falou também o que já havia sido falado. Ficou combinado com a mãe que a noite ela voltará, juntamente com seu filho. Seguem as assinaturas. Em tempo, a mãe não pode esperar a ata ser redigida, assinará à noite quando comparecer com o filho. A diretora adjunta “S.” sugeriu para a mãe que o “A.” deveria retirar o vídeo e gravar um pedido de desculpas e enviar para o mesmo site. Observação: no retorno, às 13 horas, foi verificado que o vídeo foi retirado, ficando apenas o chamado. (Ocorrência 01, ESCOLA A, 2009, s/p.).

Como podemos perceber, a ocorrência aborda a sexualidade e envolve estudantes do Ensino Médio. Envolve a figura da família, quando a mãe do estudante é convocada a comparecer à escola, os envolvidos no vídeo, e como representantes da instituição de ensino, a diretora e a coordenadora pedagógica. O processo de interdição se materializa não somente pelo registro, mas pela exclusão do ambiente escolar, transferindo o criador do conteúdo. Mas em nenhum momento a escola discute o contexto do fato de trazer à tona o sexo como representação no vídeo. O ato punitivo (transferência) ocorre sem se ter dado voz aos estudantes e de modo deliberativo sem a presença pedagógica para amparar a ocorrência que

teve continuidade:

**Ocorrência 02:** *Ata nº 37/2009 Neste mesmo dia, às 19 horas, a senhora “L.” e seu filho “A.”, do terceiro ano “E”, compareceram na escola e foram atendidos pela diretora “E.” e coordenadora “I.”. A mãe leu e assinou a ata anterior. O “A.” falou o nome do colega que o ajudou no vídeo. A mãe pegou a declaração de transferência do filho. Seguem as assinaturas. (Ocorrência 02, ESCOLA A, 2009, s/p.).*

A continuidade da ocorrência acaba por trazer mais um envolvido no fato que ainda teve desdobramento:

**Ocorrência 03:** *Ata nº 38/2009 Aos 19 dias de Maio, às 19 horas, compareceu a senhora “I.”, mãe do aluno “D.”, segundo ano “J” noturno. O aluno é colega do “A.”, que participou da elaboração do vídeo descrito na ata anterior. O aluno foi chamado ontem, pela coordenadora “I.” e disse que o celular era do “A.” e que o próprio “A.” mandou o vídeo para o site. A decisão da escola é a mesma, que o aluno seja transferido. A mãe tomou ciência do fato e pegou a declaração de transferência do filho. Seguem as assinaturas. (Ocorrência 03, ESCOLA A, 2009, s/p.).*

Os dois envolvidos tiveram a mesma punição e a Escola não buscou abordar o conteúdo do vídeo, tentando compreender por que a sexualidade estava envolvida e como essa poderia vir a ser trabalhada em sala de aula. Outra constatação foi a de que a instituição de ensino tomou a mesma atitude para ambos os casos e deu uma punição severa como forma de que essa prática não ocorresse mais:

**Ocorrência 04:** *Ata nº 62/2008. Aos oito dias de dezembro de 2008, no período vespertino, os alunos “C. V. B.”, do segundo ano “H”, noturno, e “K. F. C”, do oitavo ano “B”, foram surpreendidos dentro do banheiro feminino, trancados. A diretora adjunta chamou o casal e avisou aos pais. A mãe da “K” compareceu e tomou ciência. Os dois alunos foram suspensos por três dias, retornarão na sexta feira. Os pais do “C.” não foram contatados. O aluno comprometeu-se a comunicar aos pais. (Ocorrência 04, ESCOLA A, 2008, s/p.).*

A ocorrência nº 04 registra o caso de dois estudantes que foram pegos pela diretora-adjunta trancados no banheiro feminino, mas apenas a mãe de um dos envolvidos compareceu e tomou ciência; sobre o outro estudante não se pode constatar pelo que foi redigido, se realmente avisou seus pais sobre o fato. Como interdição, a escola utilizou a suspensão por dois três dias e mais uma vez acabamos percebendo que nada foi feito em relação ao ato que os estudantes praticavam e nem a situação e local que se encontravam. O ato mais uma vez foi meramente punitivo sem nenhum teor pedagógico foi indicado.

A próxima ocorrência da *Escola A* nos possibilitou inúmeras reflexões:

**Ocorrência 05:** 13/09/2012. A aluna “G. B. S.” do segundo ano “J” veio com uma bermuda curta, a qual mandei em casa trocar, no entanto ela disse que não tinha outra roupa para vir hoje, pois lavou e ainda não secou. Sugeri que compre umas bermudas mais baratas e a proibi de vir com esta roupa novamente, senão levará suspensão. (Ocorrência 05, ESCOLA A, 2012, s/p.).

A quinta ocorrência demonstra o autoritarismo por parte da diretora que de maneira ríspida redigiu o texto da ocorrência e se dirigiu à aluna. A interdição ocorreu por meio da ameaça da suspensão, além de estar relacionado à sexualização do corpo feminino e de como uma roupa afetaria o contexto escolar. Sabemos que existem as regras e condutas de vestimentas nas escolas, mas cabe a reflexão sobre esse processo cada vez mais precoce da sexualização dos corpos, além da sugestão da diretora que se dá de maneira inapropriada e invasiva.

A sexta ocorrência da *Escola A* traz a direção como representação da instituição, o estudante como infrator, os pais para obterem ciência dos fatos e a interdição se deu por meio de ameaça de suspensão caso o fato se repita:

**Ocorrência 06:** Ata n° 52/2009. Compareceram na escola os pais do aluno “J. G.”, do segundo “D”, para tratar sobre os problemas relacionados do namoro do filho dentro da escola. O aluno já foi advertido e continua descumprindo a regra do Regimento Escolar que proíbe namoro dentro da escola. Os pais tomaram ciência que se a regra continuar a ser descumprida, o filho será suspenso. (Ocorrência 06, ESCOLA A, 2009, s/p.).

Os primeiros namoros tendem a ocorrer nas escolas, tendo em vista que o processo de adolescência e descobrimento dos corpos e desejos ocorre em muitos dos casos, nesses espaços. No registro, mais uma vez a direção escolar apresenta o lado punitivo do processo, sem buscar compreender melhor os fatos e dar encaminhamentos individuais ou coletivos sobre assuntos que envolvam a sexualidade. Foi recorrente nas ocorrências a falta de respaldo pedagógico das ações e apenas o teor repreensivo das atitudes dos estudantes.

Analisando os contextos relacionados aos fatos, os enunciados acabam se cruzando, tendo em vista que o enunciado:

[...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).” (FOUCAULT, 2008, p. 98).

Na busca do significado desses signos, que fazem sentido ou não dentro de uma espécie de regra, podemos considerar que nas ocorrências da *Escola A*, existe uma correlação entre o desejo por parte dos estudantes de trazer para a escola assuntos que versem sobre a sexualidade e a negativa por parte da instituição de analisar mais a fundo os casos para buscar efetivar ações pedagógicas e não meramente punitivas, visando uma prática segura de formação em educação sexual.

Nesse mesmo contexto e perspectiva, analisamos os registros selecionados da *Escola B*, como a Ocorrência de nº 01 (*ESCOLA B*, 1998, s/p.):

**Ocorrência 01:** *Ata nº 04. Aos vinte e oito dias do mês de abril de 1998 compareceram na escola estadual às 13 horas na diretoria perante a diretora professora “E. A. O.”, pais de alunos do sétimo ano “A” abaixo-assinados para denunciarem o procedimento do Professor “J. L. A.” que ao ministrar suas aulas usou para ministrar conteúdos adversos aos seus, o referido professor de educação física e tratou de assuntos que envolveram religiões e sexo sendo muito grosseiro e atrevido em suas colocações. Que os pais ao serem notificados pelos filhos não gostaram e se dirigiram a escola, onde pediram uma solução imediata, pois não estão satisfeitos com a atitude do professor. Ficou decidido que haverá uma reunião com os pais, Agente Regional de Educação, diretora e professor. A mesma ficou marcada para o dia dois de maio de 1998, às 19 horas na escola para tratar o assunto. Firmo o fato ocorrido que vai assinado por mim e pelos demais participantes.*

Buscamos a diversificação dos anos na escolha das ocorrências, e conseguimos encontrar algumas que datam do início do recorte temporal adotado na pesquisa. Tal fato envolveu professor, estudantes, pais e direção e diferente das ocorrências da *Escola A*, temos um docente no processo de interdição:

**Ocorrência 02:** *Ata nº 05. Aos dois dias do mês de maio de 1998 compareceram nas dependências da escola estadual às 19 horas a Agente Regional de Educação professora “D. S. C.”, o chefe do núcleo de educação Professor “S. M. J.”, professora “D. S.” responsável pelo setor de administração, o chefe do núcleo de vida escolar e de física, Professor “J. M. C.”, o professor “J. L. A.” e também os pais de alunos abaixo relacionados e assinados. A reunião foi aberta pela diretora professora “E. A. O.” que apresentou as reclamações dos Pais e deixou a palavra para quem quisesse fazer uso. Como os pais de alunos quiseram explicações sobre a diversificação dos assuntos em sua aula de educação física para sexo e religião com palavras agressivas indo contra ideologia dos pais de alunos, alguns dos pais disseram que seus filhos eram motivo de gargalhadas por serem coroinhas ou pertencerem a grupos da Igreja Católica. Um pai que chegou 15 minutos atrasado se inteirou do assunto e disse que as aulas de ensino religioso devem ser ecumênicas e aplicadas*

*pelo professor da mesma e de maneira alguma desfazer de alguma religião ou crença, disseram também os pais que o professor fez um piquenique com os alunos sem o conhecimento da direção do estabelecimento de ensino e com a participação de um pastor de sua igreja. O que mais deixou os pais irritados foram os rodeios que o professor "L." fazia para explicar, dizendo que o mundo está cheio de coisas explícitas. Uma das professoras que estavam presentes disse que queria discutir os ocorridos internamente e não os ocorridos fora do estabelecimento. A Agente Regional estando presente a convite da direção uma vez que o professor "L." alegou estar sendo perseguido pela direção pediu para que ele se desculpassem com os pais dos alunos, neste momento o professor "L." começou a explicar o que havia acontecido no piquenique e novamente uma professora protestou dizendo que o interesse deles era pelo que havia acontecido dentro do estabelecimento de ensino e depois de muita discussão uma mãe se irritou e saiu dizendo que sua filha não estudaria mais com o mesmo, chamando o de louco e até de cretino. A Agente Regional vendo que não havia condições para prosseguir a reunião pediu para os pais que fizessem um ofício e encaminhassem para a Agência Regional nesta. Por ser verdade, firmo o fato ocorrido que vai assinado por mim e pelos demais participantes. (Ocorrência 02, ESCOLA B, 1998, s/p.).*

O que podemos refletir a partir dessa ocorrência de nº 02, da *Escola B*, e relacionando-a às demais já analisadas, é que mudando o sujeito estudante para o sujeito professor, as interdições e sanções são diferenciadas e o processo ocorreu com mais cautela, tendo em vista que ao analisar todos os documentos da escola, não encontramos nada que pudesse constatar que o professor teve algum tipo de punição. Porém, mesmo abordando o ensino religioso, como parte da formação dos estudantes, o registro envolveu o comportamento do professor de Educação Física. O que se repete em outro registro, de nº 03 (*ESCOLA B*, 1998, s/p.):

**Ocorrência 03:** *Ata nº 11. Aos oito dias do mês de junho de 1998 nas dependências da Escola Estadual ficou registrada a seguinte ocorrência: Alguns alunos da escola vieram até a diretora para reclamar sobre o comportamento do professor de Educação Física "J. L. A." que trouxe a namorada para a escola em seu horário de serviço entrando em salas de aula e apresentando a namorada para os seus alunos. Como a direção da escola proíbe namoros dentro da instituição, os alunos acharam justo fazer a devida reclamação. A direção da escola chamou o professor na diretoria e conversou sobre o acontecido pedindo ao referido professor para que tal feito não voltasse mais a ocorrer. Firmo o fato acontecido que vai assinado por mim e pelos demais participantes.*

O mesmo professor da ocorrência anterior, esteve novamente envolvido em uma pauta que envolveu a sexualidade (Ocorrência nº 3), sobre a questão do namoro na escola. Os estudantes, proibidos de namorar na escola, acharam justo reclamar para a direção sobre a conduta do professor. Mais uma vez, por se tratar de um docente, a interdição não ocorreu e ficou apenas no diálogo. Cabe comparação entre os atos praticados por professores e os

realizados por estudantes, podemos perceber que na *Escola B* as sanções não seguem a mesma regra para sujeitos distintos, que ocupam lugares diferentes na hierarquia escolar, o que acaba deixando explícito o tratamento desigual entre os envolvidos, considerando que o docente em questão já era reincidente em suas atitudes, as quais fugiam às normas de conduta definidas aos estudantes.

A ocorrência a seguir também refere-se a uma professora no foco do acontecimento, objeto de registro:

**Ocorrência 04:** *Ata nº 06/2000. Aos quinze dias do mês de junho de 2000 o diretor “R. L. N. P., recebeu a senhora “G. F. A. P.”, mãe da aluna da sexta série “A”, “E. A. P.”, a fim de fazer uma reclamação referente ao fato da professora “A. P. F.” ter maltratado sua filha acima citada, durante a quarta aula do mesmo dia na presença dos demais alunos com relação ao acontecimento os alunos “E. G. M.” e “V. A. S.” relataram juntamente com a aluna “E”, que a aluna “E.” ao ter pedido para o aluno “E.” ver se sua calça estava furada na parte posterior outra aluna “E.” interveio se dirigindo a professora “A.”, dizendo que a aluna vítima estaria mostrando a calcinha para o “E”. Diante da situação os alunos alegaram que a professora usou o seguinte termos referente a todos: “que a aluna estaria vendendo muito barato, que não só mostrar um pouco da calcinha e sim tirar e esfregar a bunda na cara dele, e que ela fizesse em um lugar escondido, talvez ele aceitasse”. Após ter ouvido a mãe e os alunos, o diretor solicitou à diretora adjunta “S. H. F.” que a professora “A” se fizesse presente em sua sala, mas não foi possível devido ao fato da professora não ter a quinta aula e já ter ido embora. Em tempo, a aluna “E.” disse que iria falar com a sua mãe e a professora “A.” exclamou que não estaria nem aí, demonstrando despreocupação. O diretor solicitou que a mãe, como também explicou que sexta-feira e sábado 16 e 17 estará em Dourados realizando, digo, participando de um curso para que retornasse segunda-feira, a fim de ouvir o esclarecimento da professora. Nada mais havendo a tratar eu “R. L. N. P.” encerro a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais participantes. (Ocorrência 04, ESCOLA B, 2000, s/p.).*

Temos no relato a participação de estudantes, direção e da professora em questão, que demonstrou total despreparo para lidar com a situação, utilizando de termos grosseiros e pejorativos diante da sala de aula. A gestão escolar, por sua vez, levou adiante o ocorrido, conforme registrado na Ocorrência 05, em busca de providências:

**Ocorrência 05:** *Ata nº 08/2000. Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2000 o professor “R. L. N. P.”, diretor da “E. E...” reuniu-se com a professora “A. F.” a senhora “E. F.” mãe da aluna “E.”, a diretora adjunta “S. H. F.” e os alunos “E. G. M.” e “V. A. S.” a fim de analisar o acontecimento referente ao dia 15 de junho. O diretor iniciou dirigindo a professora “A”, o fato da mãe da aluna ter vindo a unidade escolar colocar o incidente conforme sua filha e os demais alunos relataram, e que a professora “A.” esclarecesse o assunto como também fizesse sua palavra*

*diante dos fatos pelos quais é de seu direito e também ficasse registrado. Em seguida, a professora “A.” esclareceu o problema assumindo o acontecimento, porém, não concordando com o que os alunos acima citados mencionaram, pois determinadas palavras que levaram a conclusões não foram mencionadas pela professora. A professora comentou também que aluna não tem bom comportamento e que interveio ao assunto pelo fato que alunas solicitaram que ela tomasse alguma providência, então, a professora comentou que não teria condições de sempre estar encaminhando a aluna a direção por isso tentou fazer com que tivesse comportamento adequado e não teve a intenção de humilhar a aluna diante aos demais. Diante do exposto a mãe comentou que não gostou da atitude da professora e que jamais perdoaria a professora pela maneira como se dirigiu a sua filha, o diretor após a professora e mãe entrarem em um acordo encerrou a presente ata que foi assinada por todos os participantes. (Ocorrência 05, ESCOLA B, 2000, s/p.).*

No desfecho, pudemos constatar que a docente não sofreu nenhum tipo de sanção, afastamento ou processo interno, dada a gravidade do acontecimento, o que acaba por deixar claro o protecionismo da escola junto aos seus professores, tendo em vista que se fosse um estudante protagonizando o fato, a interdição/punição seria imediata e sem possibilidade de diálogo.

Como já evidenciamos neste trabalho, os professores não receberam formação para discutir e problematizar a sexualidade em suas aulas, e de certa forma, a Escola ainda utiliza de modelos de repressão e exerce seu poder diante dos mais fracos dentro de uma hierarquia bem desenhada, Estado, Secretaria de Estado de Educação, Coordenadoria Regional de Educação, Direção, Direção-Adjunta, Coordenação Pedagógica, Professores e Estudantes/Família.

Para não ficarmos apenas em fatos que envolvam professores como protagonistas das ocorrências da *Escola B* trouxemos essa situação que chama a atenção pela gravidade:

**Ocorrência 06:** *Ata n° 25. Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2001, digo aos quinze dias, compareceram à sala da direção “P. A.” do terceiro ano “A” e o Conselho Tutelar na figura do conselheiro Maurício para tratar sobre o fato ocorrido com o seu filho no horário do intervalo dentro do banheiro onde o mesmo alega que o “J. C. T.” do 5° ano “A” trancou a porta e passou apertar seu pênis, machucando e ameaçando bater nele se o mesmo contasse a alguém o ocorrido, a mãe também alegou que seu filho está com medo de ficar na escola. A mãe do aluno “J. C.” foi convocada comparecer e ficou acordado que o conselho tutelar encaminhará os envolvidos para atendimento junto ao CRE, e o conselheiro ficou de entrar em contato com a mãe do “J. C. T.”. Em tempo, a mãe do aluno “J. C.” chegou às 13 horas e 40 minutos para tratar sobre o ocorrido quando questionado sobre ocorrido o mesmo alegou que não foi ele, e que tinha sido outro aluno, quando o diretor questionou sobre o nome do outro aluno o mesmo alegou que não tinha falado e que o diretor deveria lavar o ouvido para poder ouvir direito, depois dessa fala o diretor solicitou que a*

*mãe pegasse a transferência do mesmo e que será encaminhado o caso a promotoria para providências cabíveis por desrespeito ao mesmo. Nada mais havendo a tratar eu “S. H. F. M.” lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais participantes. (Ocorrência 06, ESCOLA B, 2001, s/p.).*

Os envolvidos no registro de nº 06 são estudantes do Ensino Fundamental, os pais, a direção escolar e o conselho tutelar. Pela primeira vez esse órgão aparece em um relato, mas não porque foi convocado pela escola, mas sim pelo grau de parentesco com a vítima da agressão. Outra peculiaridade do ocorrido é a interdição/punição que o estudante teve e essa não está diretamente ligada à atitude que gerou a violação, mas ao fato do desrespeito que o menino teve com o diretor.

Ao analisarmos os seis acontecimentos da *Escola B* podemos fazer comparações com a *Escola A*. Todas as ocorrências da *Escola A* têm como protagonistas os estudantes, ocorreram entre os anos de 2008 a 2012 e tem como punição duas ameaças de suspensão, uma suspensão e duas transferências da escola. Já a *B*, em sua maioria envolveu professores, entre os anos de 1998 a 2001, e teve apenas uma transferência de escola. Ambas, em nenhum momento trouxeram o teor pedagógico para embasar as ocorrências e nem trouxeram a possibilidade de se discutir em sala o porquê de assuntos que envolvem a sexualidade estarem tão latentes nas escolas.

Entre as ocorrências das escolas houve um lapso temporal e esse foi pensado com o intuito de demonstrar que mesmo com uma diferença de catorze anos (1998-2012) às formas de conduzir as problemáticas enfrentadas foram semelhantes e não por mais que as escolas possuíssem seus próprios regimentos, respeitando as peculiaridades de cada uma, o teor punitivo era o mesmo para todas as instituições. As normas se mantiveram no decorrer dos anos, as restrições e punições se mantiveram e nada foi pensado em busca de uma reflexão com fim pedagógico em relação à sexualidade e a escola.

Quanto à *Escola C*, vejamos algumas ocorrências, todas do ano de 2016, portanto mais recentes, se comparadas as das escolas anteriores:

**Ocorrência 01:** 25/07/2016. Registro 206. Após o intervalo 15h: 30m, dona “V”, inspetora de alunos, encaminhando-nos as estudantes do primeiro ano “B”, Ensino Fundamental, vespertino “J. K. A. A.” a e “K. S. L” porque criaram alvoroço no banheiro. Segundo “K”, hoje não houve nada, mas outro dia ocorreu, que “I. S.”, sua colega tirou a calça para fazer “melado”, “bunda e bunda”, com a colega “J”. A professora “J”, na averiguação dos fatos constatou que, as coleguinhas conversando entre si, afirmam que “J” viu um DVD de sua mãe quando ela saiu, e que tiraram a roupa no banheiro para fazer “tum-tum”. Para a coordenação pedagógica,

*“K.” ainda disse que a “I” deitou-se sobre a privada convidando a colega para fazer “melado” e depois pediu que “J.” deitasse no chão. Averiguaremos e tomaremos as medidas cabíveis. . (Ocorrência 01, ESCOLA C, 2016, s/p.).*

A primeira ocorrência da *Escola C* nos traz fatos a serem problematizados, principalmente em se tratando de alunas do primeiro ano do Ensino Fundamental e como o acesso a pornografia em casa acabou fazendo com que a ação fosse reproduzida na escola. Os detalhes e as palavras utilizadas pela criança envolvida levaram-nos a inferir a possibilidade de que a mesma tenha contato com aspectos da sexualidade, em um grau que não condiz com sua idade e nem sua capacidade de compreensão. Outro ponto relevante foi à ação da escola, que não solicitou a presença dos responsáveis, não averiguou a fundo o fato e nem deu a real importância que a situação necessitava. Ao ler os documentos posteriores, nada foi acrescentado no tratamento do caso.

Sobre comportamentos objeto de registros, selecionamos a Ocorrência de nº 02, da *Escola C* (2016, s/p.):

**Ocorrência 02:** *11/07/2016. Registro 185. O estudante “N. G. D. T.” primeiro ano “A”, Ensino Fundamental veio encaminhado pela sua professora “C. G.” por ter se comportado de forma inadequada: mostrou seus órgãos genitais para colegas na hora do recreio, e ainda fez xixi na porta da sala de aula. Também foi pego chutando a área pélvica dos colegas. Foi conscientizado da infração. Seus responsáveis serão comunicados.*

Mais uma vez, um estudante do primeiro ano do Ensino Fundamental protagoniza ocorrência que envolve a sexualidade. A narrativa não nos dá maiores informações de como ocorreu a conscientização da infração e nem do prosseguimento ou encaminhamento junto aos responsáveis.

A Ocorrência de nº 03, da *Escola C* (2016, s/p.), trata da vestimenta dos estudantes:

**Ocorrência 03:** *02/09/2016. Registro 245. A professora “K. N”, a pedido dos meninos estudantes de sua turma veio mui respeitosamente pedir que a equipe pedagógica conversasse com a turma sobre a vestimenta inadequada para o ambiente escolar. Está expressamente proibido o uso de shorts, então só será aceito bermuda, quatro dedos acima do joelho. A senhora “C.”, diretora-adjunta elucidou as regras e bons costumes segundo os padrões da sociedade. Caso haja reincidência, Os estudantes serão advertidos conforme Regimento Escolar.*

Novamente a questão da vestimenta está presente em uma ocorrência. Professora, direção e estudantes estão envolvidos e a interdição/punição é em forma de ameaça,

interessante refletir sobre o posicionamento da diretora-adjunta que impõem as regras conforme “padrões da sociedade”.

A Ocorrência de nº 04 (ESCOLA C, 2016, s/p.):

**Ocorrência 04:** 12/05/2016. Registro 100. Aluna “N. S. A.” 6º ano A foi trazida à coordenação, pois a mesma escreveu no caderno do colega “L. H.” “sou gay assumo”, a referida foi advertida sobre o ocorrido e se compromete a não realizar mais esse tipo de brincadeira.

A quarta ocorrência evidencia o despreparo da coordenadora pedagógica para lidar com a situação de um estudante que sofreu *bullying* por questões que envolvem a sua sexualidade. A escola deveria ouvir a vítima e não levar a atitude da aluna como uma mera brincadeira. O fato da instituição de ensino não dar a atenção devida ao caso poderá ter acarretado uma série de traumas ao vitimado. Momento que seria propício para a coordenação pedagógica discutir a temática em sala de aula ou solicitar a algum professor para fazê-lo.

A Ocorrência nº 05 segue na mesma direção da anterior:

**Ocorrência 05:** 11/04/2016. Registro 38. A mãe do aluno “S. C.” esteve presente na escola atendendo o chamado dos professores “M”. e “E.”. Foi conversado sobre o comportamento do referido e das ocorrências que já possui. A mãe levantou em questão que seu filho foi ofendido em sala de aula com o termo “cabelo de bicha” por uma professora e também falou que os materiais de seu filho estão sumindo constantemente. O caso será verificado junto com a direção. (Ocorrência 05, ESCOLA C, 2016, s/p.).

Não foi dado o devido encaminhamento para o caso, e nem para o fato do estudante ter sido ofendido com tema que envolve a sexualidade, inclusive pela professora evidenciando, como nos demais acontecimentos, a falta de preparo e as soluções cabíveis para cada situação.

No relato da Ocorrência 06, temos como personagens a Coordenação pedagógica, um estudante e uma professora:

**Ocorrência 06:** 15/04/2016. Registro 61. A aluna “M. V. S. B.” veio até a direção para relatar o caso da Profª. “S.” a mesma contou que a história surgiu no recreio em que a professora havia se envolvido com um aluno e teria um vídeo dos mesmos se relacionando no bosque. A aluna não teve conhecimento do vídeo, mas ouviu as conversas que rolaram durante o recreio. O caso foi apurado, mas tem outros alunos de outras turmas envolvidas. (Ocorrência 06, ESCOLA C, 2016, s/p.).

O ocorrido foi grave, pois envolveu a possível conduta inadequada de uma docente

junto ao estudante, mas nenhuma providência foi tomada e a história ficou sem um desfecho ou encaminhamentos.

Na *Escola C* tivemos seis ocorrências no ano de 2016 e em nenhuma delas as devidas providências foram tomadas. Casos graves que foram averiguados por alto e sem que houvesse ações de teor pedagógico para trabalhar as problemáticas em sala de aula, que partissem dessas ocorrências e levassem a uma reflexão fundamentada e coletiva. O que observamos considerando essas fontes foi não somente o despreparo da escola, mas as ações de permanente exclusão, pela interdição e/ou punição, como saídas para resolução de situações cotidianas.

As instituições de ensino utilizam o Regimento Escolar como regulador das ações de interdição/punição aos estudantes. Até o ano de 2017 cada escola possuía o seu regimento de acordo com as suas peculiaridades, por meio da Resolução/SED nº 3.280<sup>4</sup>, de 17 de maio de 2017 o estado de Mato Grosso do Sul oficializa o Regimento Escolar na Rede Estadual de Ensino (REE) e esse possui proibições e orientações pertinentes ao tema da pesquisa. Na Seção III do documento, que tem como título “Das Proibições”, existe quatro artigos que se enquadram nas ocorrências que analisamos, sendo esses: “IX- descaracterizar a camiseta do uniforme e portar-se com roupas impróprias para o ambiente escolar” – quando as estudantes foram repreendidas pela direção pelo uso de roupas curtas; “XIV- causar danos materiais e depredação ao patrimônio público” – quando diz respeito às pichações; “XV- afrontar ou agredir professores, colegas ou demais funcionários com ofensas e agressões causando-lhes danos morais ou físicos” – na atitude do diretor que pediu a transferência do estudante ao ser desacatado; e, “XVII- utilizar a internet para denegrir a imagem da comunidade escolar ou dos seus funcionários” – quando os estudantes foram transferidos por postarem vídeo que envolvia sexo na escola.

Em relação às sanções disciplinares tomadas pelas escolas:

#### Seção IV - Das Sanções Disciplinares

Art.83. Os estudantes estarão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

I- advertência verbal: aplicada nos casos de falta leve, a saber: a) descumprimento de quaisquer deveres constantes no art. 81, incisos I a X; b) prática de quaisquer das proibições constantes no art. 82, incisos I a IV.

II- repreensão escrita: aplicada nos casos de falta moderada, a saber: a) descumprimento de quaisquer deveres constantes no art. 81, incisos XI a XV; b) prática de quaisquer das proibições constantes no art. 82, incisos V a IX; c) reincidência em qualquer das faltas leves.

---

<sup>4</sup> Disponível em: < [https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9411\\_18\\_05\\_2017](https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9411_18_05_2017)> Acesso em: 12 fev. 2023.

III- ações educativas: aplicadas nos casos de falta grave, a saber: a) descumprimento de quaisquer deveres constantes no art. 81, incisos XVI a XX, b) prática de quaisquer das proibições constantes no art. 82, incisos X a XVII; c) reincidência em qualquer das faltas moderadas.

IV- suspensão orientada de até 2 (dois) dias consecutivos: aplicada nos casos de falta gravíssima, a saber: a) prática de quaisquer das proibições constantes no art. 82, incisos XVIII ou XXI; b) reincidência em qualquer uma das faltas graves.

V- transferência compulsória – aplicada nos casos de reincidência em alguma das faltas gravíssimas ou de agressão física grave, mediante garantia de vaga em outra escola. (RESOLUÇÃO/SED nº 3.280, 2017, p. 26 - 27).

É praticamente nula a definição ou proposição de ações pedagógica ou de caráter educativo dessas sanções disciplinares; os atos são necessariamente punitivos, causando prejuízo tendo em vista a gama de possibilidades que a escola poderia trabalhar ou desenvolver com o auxílio dos professores, buscando compreender o que está por trás dessas ocorrências, o real sentido dos discursos, o elucidar do enunciado. Nesse sentido o filósofo francês Gilles Deleuze (1986) dialoga com Foucault na obra que tem seu nome, em relação ao enunciado:

Uma "época" não preexiste aos enunciados que a exprimem, nem às visibilidades que a preenchem. São os dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime. Por exemplo, "na idade clássica", o asilo surge como uma nova maneira de ver e de fazer ver os loucos, bem diferente da maneira da Idade Média, ou do Renascimento; e a medicina, por sua vez, assim como o direito, a regulamentação, a literatura. etc., inventam um regime de enunciados que se refere à desrazão como novo conceito. Se os enunciados do século XVII inscrevem a loucura como grau extremo da desrazão (conceito-chave), o asilo ou internamento insere-a num conjunto que une os loucos aos vagabundos, aos pobres, aos ociosos, a todas as espécies de depravados: há aí uma "evidência" percepção histórica ou sensibilidade, tanto quanto um regime discursivo.' E mais tarde, em outras condições, será a prisão como nova forma de ver e de fazer ver o crime, e a delinquência como nova maneira de dizer. Maneira de dizer e forma de ver, discursividades e evidências, cada estrato é feito de uma combinação das duas e, de um estrato a outro, há variação de ambas e de sua combinação. O que Foucault espera da História é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época, que ultrapassa os comportamentos e as mentalidades, as idéias, tornando-as possíveis. (DELEUZE, 1986, p. 58).

O autor aponta uma interpretação possível das análises realizadas por Foucault e elucidada a ideia segundo a qual todo enunciado está relacionado ao tempo/espço, a época em que foi produzido, por quem foi pronunciado, quais sentidos carrega, que signos apresenta, que solicitações implícitas produz. Quando pensamos que a pesquisa tem recorte temporal de mais

de duas décadas precisamos levar em consideração tais fatos, pensar os sujeitos envolvidos, a hierarquia, o grau de poder que exercem, os ambientes das ocorrências, as atitudes tomadas pelos professores e direção, o desfecho dado aos fatos, as peculiaridades de cada escola, a relação das famílias com as instituições de ensino, a abertura da época para se abordar a sexualidade no ambiente escolar. São incontáveis os fatores que acompanham esses discursos e validam os signos desses enunciados.

Tais análises são bastante complexas e por vezes, por não conhecermos todos os fatos, mas apenas o escrito nas ocorrências, sem conhecer a fundo o teor dos relatos e dos envolvidos, ficamos apenas na superficialidade de uma interpretação do que poderia ter sido feito, mas que não foi, seja por desinteresse da escola ou até mesmo por falta de conhecimento e preparo para trazer a sexualidade como pauta necessária nas salas de aula.

Mais uma vez, Deleuze (1986) foi convidado a se pronunciar por elucidar acerca das possibilidades do enunciado:

É preciso extrair das palavras e da língua os enunciados correspondentes a cada estrato e a seus limiões, mas também extrair das coisas e da vista as possibilidades, as "evidências" próprias a cada estrato. Por que essas extrações são necessárias? Começamos pelos enunciados: eles nunca estão ocultos, e no entanto não são diretamente legíveis, sequer dizíveis. Poder-se-ia crer que os enunciados frequentemente estão ocultos, sendo objeto de um disfarce, de uma repressão ou mesmo de um recalque. Mas, além de essa crença implicar uma falsa concepção do Poder, ela só é válida se nos limitarmos às palavras, às frases, às proposições. É o que Foucault mostra a respeito da sexualidade, já no começo de *A Vontade de Saber*: poderíamos acreditar que, na era vitoriana, todo um vocabulário é proibido, as frases são metaforizadas, a língua depurada, de modo que a sexualidade passa a ser o segredo fundamental, que não será traído, salvo por transgressores audaciosos e malditos, até o surgimento de Freud. Mas não é nada disso, nunca um estrato ou formação histórica fez pulularem tantos enunciados de sexualidade, determinando as condições, os regimes, os locais, as ocasiões, os interlocutores (aos quais a psicanálise acrescentará os seus). (DELEUZE, 1986, p. 62-63).

Quando o filósofo nos brinda com essa frase em relação aos enunciados: “eles nunca estão ocultos, e, no entanto não são diretamente legíveis, sequer dizíveis” (DELEUZE, 1986, p. 62-63), colabora com todo o contexto da análise que tivemos em relação às ocorrências que foram apresentadas. Não podemos ficar apenas ligados às frases, às proposições, às palavras, mas buscar ler nas entrelinhas, compreender porque estudantes de três escolas estaduais em diferentes tempos/espacos colocam a sexualidade em evidência. Que interesses possuem? Quais acessos ao tema já tiveram fora do ambiente escolar? Por que a escola é convidada a participar dessas ações? Quais sujeitos e poderes estão envolvidos nesse processo? Quais

interdições, proibições, sanções dificultam o diálogo entre escolas e estudantes? As épocas realmente fizeram com que tenhamos mais acesso ou menos em relação ao tema? As escolas e profissionais que nelas atuam estão preparados para dar o suporte necessário para que os estudantes possam compreender a sexualidade de modo abrangente e consigamos quebrar o “tabu do objeto”? Muitos questionamentos trazem mais dúvidas do que certezas, mas são para isso que servem, para nos tirar da zona de conforto e buscar nas possibilidades um diálogo que procure elucidar os caminhos de uma educação sexual plena e “sadia” nas nossas instituições de ensino.

Em três escolas diferentes, com sujeitos, poderes, tempos e espaços distintos, o que ficou nítido foi o desejo de se discutir a sexualidade no ambiente escolar. Em duas décadas, mais de trezentas e quarenta ocorrências demonstraram isso, mas o que tivemos foi a punição, a sanção, a interdição, ao invés do diálogo, da acolhida, do buscar compreender melhor o que estava nas ações dos sujeitos e nas entrelinhas do que foi dito. As escolas demonstram despreparo e o Estado não oferece nenhum suporte para sanar essa defasagem. Foucault (1996) também nos traz relato sobre esse espaço privilegiado, que está relacionado à educação:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, 1996, p. 43 e 44).

Os saberes e poderes estão interligados às possibilidades que o indivíduo tem na sociedade em que vivemos, de poder acessar certos discursos, que envoltos pela política se apropriam de acordo aos seus interesses:

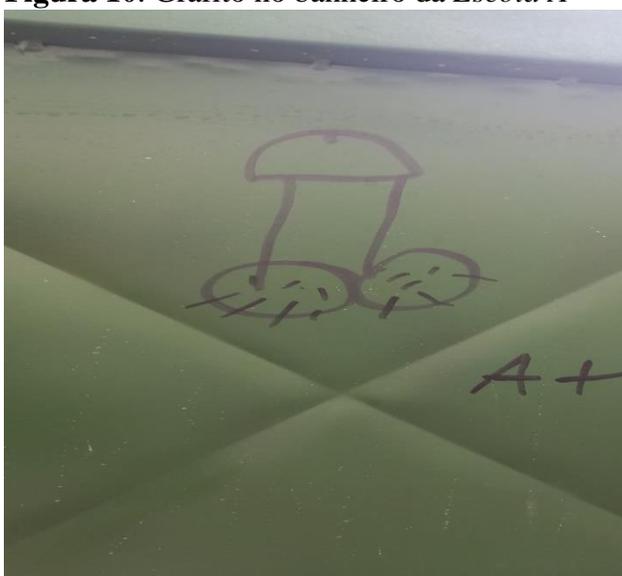
O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 1996, p. 44 e 45).

Os sistemas de ensino acabam validando apenas as ações, discursos daqueles que hierarquicamente exercem poder, o que acabou sendo constatado nas ocorrências, onde apenas os estudantes sofreram algum tipo de sanção/interdição/punição e quando as ocorrências diziam respeito aos professores – detentores de poder -, nenhuma atitude foi tomada pelas escolas.

## 4.2 Análise dos grafitos no ambiente escolar: o desejo e clamor dos estudantes

Ao analisarmos os Livros de Ocorrência encontramos várias passagens que envolviam a sexualidade, nas três escolas pesquisadas. Indo para outra vertente, em busca de enunciados que evidenciassem referência ao sexo, e que podem ser verbais, escritos e até mesmo em forma de desenhos, localizamos os grafitos - escritas, desenhos, pichações - que foram feitos pelos estudantes, em sua grande maioria, nos banheiros das escolas. Para apresentar neste Relatório, selecionamos três imagens por escola.

**Figura 10.** Grafito no banheiro da *Escola A*



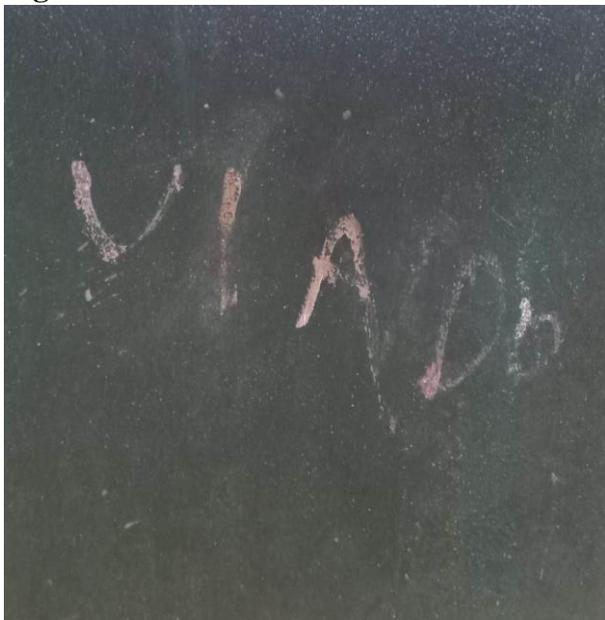
Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

**Figura 11.** Grafito no banheiro da *Escola A*



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

**Figura 12.** Grafito no banheiro da *Escola A*



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Salientamos que a referida escola passou por reforma recentemente e apesar de ter sido entregue há pouco tempo, já possuía esses grafitos nas portas e paredes do banheiro masculino, nada foi encontrado no banheiro feminino. Para ter ciência do que são grafitos recorreremos a seguinte citação:

São inscrições, pinturas, e desenhos toscos traçados por pessoas geralmente não identificadas, em paredes, árvores e outras superfícies mais ou menos duras e utilizando lápis, carvão, tintas, estiletes e outros objetos pontiagudos, com finalidade de transmitir mensagens aos transeuntes ou usuários dos locais em que se encontram gravadas. A palavra vem do italiano *graffito* e tem origem grego-latina: *graphein* (escrever) e *graphium* (gravado com estilete). (BELTRÃO, 1980, p. 79).

A condição do banheiro e limpeza estava impecável, tendo em vista que foram reformados há pouco tempo, já a presença de dois desenhos que fazem referência ao órgão reprodutor masculino e de um termo utilizado para se dirigir de forma pejorativa aos homossexuais chamaram a atenção. O que essas imagens buscam reproduzir? O que os autores queriam repassar com esses desenhos e escrita? Quando foram feitos? Como seria o processo para identificar os autores? A dificuldade de identificação e, por consequência, a falta de punição faz com que esse ambiente se torne extremamente propício e de certo modo,

seguro para que seja praticado tal ato? Quem grafitou foi uma criança, adolescente, do ensino fundamental ou médio? Quais acessos à sexualidade os autores já tiveram? Seria talvez apenas um conhecimento anatômico do próprio corpo? Enfim, o intuito de trazer essas fotografias não está em procurar causa-efeito, ou as intencionalidades que a ação possa ter, mas entender que existem estudantes que conscientemente trouxeram para o espaço da escola uma representação da sexualidade, um enunciado do sexo que talvez lhes afetem, quem sabe anseiam saber mais sobre o assunto.

Muitos podem pensar que seja apenas brincadeira de adolescentes que estão na puberdade, até pode ser, mas compete à escola estar atenta às ações de seus estudantes, sempre disposta a escutá-los e entender seus desejos. Destacamos, como evidenciado nos capítulos anteriores, que não foi encontrado em nenhum registro escolar, qualquer palestra, formação ou diálogo que envolvesse a sexualidade na escola.

Sobre os grafitos da *Escola B*, os banheiros estavam passando por reformas e duas das fotografias retiradas foram das antigas portas que foram arrancadas e que seriam descartadas e uma de parede da parte externa do banheiro.

**Figura 13** - Grafito no banheiro da *Escola B*



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

**Figura 14** - Grafito no banheiro da *Escola B*



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

**Figura 15** - Grafito no banheiro da *Escola B*



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

São escolas distintas em tempos e espaços diferentes, que atendem parcelas da população estudantil que tem suas peculiaridades, mas a reprodução dos grafitos acaba por ter a mesma temática. Duas representações do órgão reprodutor masculino e um termo pejorativo usado para se referir aos homossexuais, neste caso, o possível autor traz nomes para a imagem. Será que podemos levantar os mesmos questionamentos que utilizamos para a

primeira escola? São outros estudantes, mas que partilham dos mesmos interesses por se tratar de representações bastante parecidas? Por não se saber quem são os estudantes que realizaram a ação, quais suas idades e em que época cometeram a infração, teríamos como analisar as suas intenções? Enfim, o enunciado que esteve ou ainda está circulando nas paredes das escolas refletem o desejo de expressar a sexualidade por meio de representações. Cabe à direção e aos professores se apropriarem desse interesse para criar momentos de diálogos sobre o assunto.

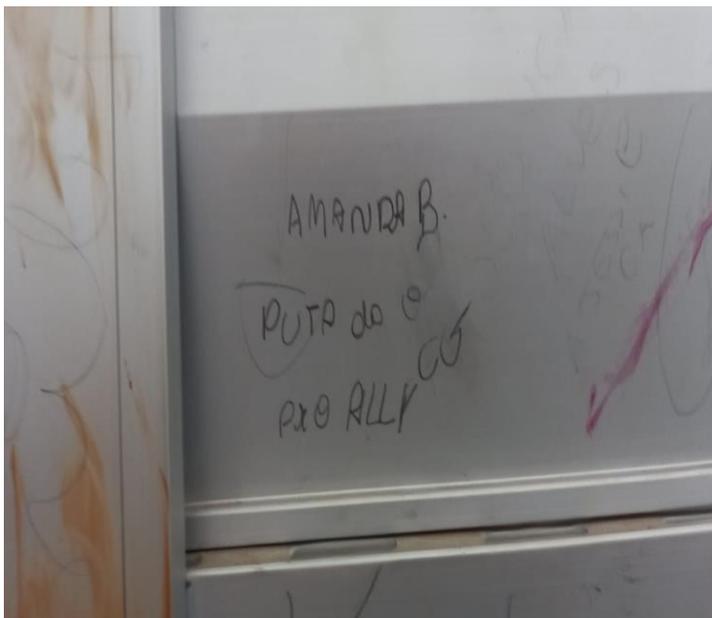
Os banheiros da *Escola C* também estavam passando por reformas, mas as portas antigas ainda não haviam sido substituídas, podendo ser acessado os grafitos, que foram entre as três escolas, os que mais trouxeram referências à sexualidade, possuindo 22 ocorrências.

**Figura 16** - Grafito no banheiro da *Escola C*



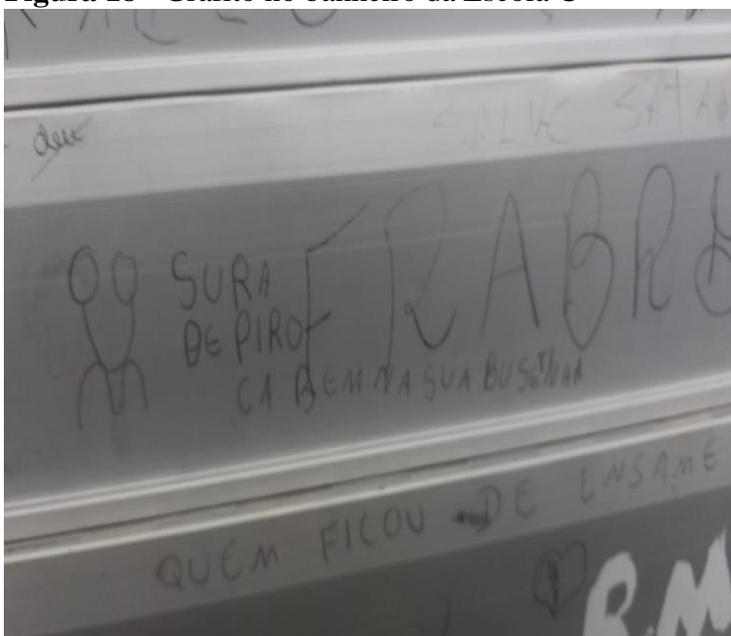
Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

**Figura 17** - Grafito no banheiro da *Escola C*



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

**Figura 18** - Grafito no banheiro da Escola C



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Apesar de dois grafitos serem semelhantes aos demais já vistos, o termo pejorativo utilizado para se referir aos homossexuais e a representação do órgão masculino, tivemos o aparecimento de frases que são diretamente ligadas ao sexo. Que intenção tinham os autores? De atingir uma colega de modo pejorativo? De expor situação que talvez nunca ocorreu apenas para depreciar uma estudante? Utilizar termos alusivos aos órgãos reprodutores para expor um desejo interno em relação ao ato sexual? O que podemos constatar na análise entre

as escolas participantes da pesquisa é que as duas primeiras apresentam semelhanças em relação aos grafitos, já a terceira escola teve frases impactantes em relação ao ato sexual, de forma explícita, e da mesma maneira das demais, não houve nenhum tipo de encaminhamento no sentido de que esses grafitos fossem refletidos e abordados no interior da escola.

Quando buscamos compreender os enunciados que surgem a partir dessas imagens, recorremos mais uma vez a Foucault (2008, p. 217):

Para analisar um quadro, pode-se reconstituir o discurso latente do pintor; pode-se querer reencontrar o murmúrio de suas intenções que não são, em última análise, transcritas em palavras, mas em linhas, superfícies e cores; pode-se tentar destacar a filosofia implícita que, supostamente, forma sua visão do mundo. É possível, igualmente, interrogar a ciência, ou pelo menos as opiniões da época, e procurar reconhecer o que o pintor lhes tomou emprestado. A análise arqueológica teria um outro fim: pesquisaria se o espaço, a distância, a profundidade, a cor, a luz, as proporções, os volumes, os contornos, não foram, na época considerada, nomeados, enunciados, conceitualizados em uma prática discursiva; e se o saber resultante dessa prática discursiva não foi, talvez, inserido em teorias e especulações, em formas de ensino e em receitas, mas também em processos, em técnicas e quase no próprio gesto do pintor. Não se trataria de mostrar que a pintura é uma certa maneira de significar ou de "dizer", que teria a particularidade de dispensar palavras. Seria preciso mostrar que, em pelo menos uma de suas dimensões, ela é uma prática discursiva que toma corpo em técnicas e em efeitos. Assim descrita, a pintura não é uma simples visão que se deveria, em seguida, transcrever na materialidade do espaço. Não é mais um gesto nu cujas significações mudas e indefinidamente vazias deveriam ser liberadas por interpretações ulteriores. É inteiramente atravessada - independentemente dos conhecimentos científicos e dos temas filosóficos - pela positividade de um saber.

É nesse sentido que entendemos as análises das imagens, dos grafitos, da inserção de representações sobre o sexo nas paredes dos banheiros, em suas portas, enfim, estamos diante de desejos que a sexualidade seja trazida para discussão. A intenção foi trazer duas vertentes, a da escola como repreensão, punição, interdição por meio das ocorrências e a dos estudantes que buscaram e buscam por meio dos grafitos, representar interesses em relação ao tema ou ao que ele se liga.

O que fica claro, em ambas as situações, é o despreparo da direção, professores e da escola como um todo para tomar a frente desses casos, como já apresentado aqui, a falta de formações específicas, o medo de se indispor com as famílias que pensam não ser dever da escola abordar essas problemáticas, o próprio "tabu do objeto", acabam por afastar tudo o que envolva a sexualidade, é algo que não se pronuncia abertamente, é de portas fechadas, sussurrando, usando eufemismos, outras nomenclaturas, para não se envolver, para deixar

nítida a barreira que persiste em não ser quebrada, por mais de vinte anos a situação não mudou, durante duas décadas o sexo esteve presente em todos os espaços escolares e fizeram de tudo para que ele fosse enclausurado, perseguido, punido. Por mais quantas décadas estaremos lidando com a mesma situação? Questionamento que preocupa e leva a reflexão, e quanto mais afastarmos o conhecimento sobre a sexualidade, evidenciada nos registros de ocorrências das escolas e nos grafitos dos estudantes, mais teremos situações de preconceito, de gravidez na adolescência, homofobia, crimes de ódio, enfim, a educação escolar poderia e deveria auxiliar na busca de uma efetiva formação e reflexão sobre o tema sexualidade, colocando em funcionamento o que o discurso oficial afirma ser parte do processo de escolarização e dos tempos-espacos de estudantes e professores: oferecer educação sexual nas escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trilharmos os caminhos da pesquisa, buscamos responder alguns questionamentos que vão ao encontro ao objetivo do estudo, problematizar a História e o enunciado “Educação Sexual” nas escolas estaduais de Naviraí - MS (1998-2021) e no sentido de analisar as leis que foram criadas, as diretrizes que começaram a valer, os parâmetros que deram norte, com o decorrer dos anos, e História toma forma. Quando adentramos as escolas, buscamos os seus documentos, percebemos seus funcionamentos, a hierarquia que possui, lemos as ocorrências, nos deparamos com os grafitos nos banheiros, enfim, tivemos contato com o passado e o presente e conseguimos compreender como o tempo e o espaço, acabaram agindo nas instituições.

A História está por trás de tudo, alicerçando o processo, dando respaldo ao tempo, amparando o espaço, mas o intuito maior não foi de entender suas concepções, teorias, rupturas e continuidades, a ideia foi buscar na escola o enunciado que fez ou faça referência à sexualidade, seja ele em forma de texto escrito, de diretriz, parâmetro, lei, desenho, grafito e compreender de que maneira esse afetou ou afeta os atores que fazem parte da escola e como essa reagiu aos casos.

Em um primeiro momento, trouxemos os caminhos traçados pela pesquisa, o histórico do município de Naviraí (MS) e das instituições que fizeram parte do estudo, os objetivos, o referencial teórico e metodológico, a organização dos resultados parciais e o levantamento bibliográfico sobre Orientação Sexual nas escolas, o intuito foi de visualizar um apanhado inicial sobre o assunto, dando a possibilidade de compreender melhor como ocorreu a construção e direcionamento desse projeto.

Quando partimos para a o enunciado “Educação Sexual” presente no discurso oficial e no cenário nacional, fomos atrás dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), que trazem importantes contribuições que norteiam os trabalhos que poderiam ser desenvolvidos dentro das escolas, dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, que anulam ou deixam vaga à presença da educação sexual em suas páginas, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’s) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que não trazem referência à sexualidade como tema necessário para ser refletido. Ao buscar o que esses documentos tinham a contribuir com nosso estudo, podemos perceber a falta de uma base sólida sobre a sexualidade e como essa poderia, pode ou poderá ser abordada nas escolas, são nulas ou vagas as orientações, deixando na superficialidade o assunto, o que acaba por dificultar a efetividade de ações que coloquem em prática uma espécie de “Educação Sexual”.

Prosseguimos a análise em um cenário estadual e municipal, quando trouxemos para a discussão a sexualidade: práticas e discursos em circulação nas escolas de Naviraí (MS), O Currículo de Referência do Mato Grosso do Sul, que por ser o documento que dá base para os professores construírem suas aulas, não traz referências significativas à sexualidade e quando o faz, fica basicamente no sentido biológico do sexo, cobrando apenas dos componentes curriculares ligados às ciências da natureza algum tipo de aproximação, as formações dispensadas pela Secretaria de Estado de Educação de MS, que para o estado de Mato Grosso do Sul e em específico para o município de Naviraí não foram contemplados com formações para os professores que tivessem como temática a sexualidade, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, que apresentam apenas formas de punição e nada que pudesse efetivar ações pertinentes ao tema que estamos debatendo, e alguns fatores que envolvem a sexualidade e a escola: uma discussão necessária. O que ficou constatado é a falta de ações específicas que envolvam a sexualidade e a educação.

Partimos para a Sexualidade: As punições e interdições presentes nos registros escolares e os grafitos dos estudantes, onde a tentativa foi de analisar como as ocorrências que envolvem a sexualidade foram tratadas pelas escolas e de que modo essa deu os encaminhamentos necessários, partindo para as interdições, sanções e punições: a Escola no exercício de poder, constatamos que o modo punitivo esteve presente na grande maioria das situações que envolveram a sexualidade e por fim, a Análise dos grafitos no ambiente escolar: o desejo e clamor dos estudantes, onde, a partir dos grafitos nos banheiros das escolas, buscamos analisar como esses clamavam para que a sexualidade fosse incluída no ambiente escolar.

Entendemos que a “Educação Sexual” não é apenas um conjunto de informações e orientações sobre o corpo, a saúde, doenças e a reprodução humana. É também uma forma de produzir e regular os discursos sobre a sexualidade, que estão ligados às relações de poder e saber na sociedade e como essa se transforma durante o decorrer dos anos.

A sexualidade é uma construção histórica e cultural, que se manifesta em diferentes práticas discursivas e não discursivas, não é algo natural ou essencial, mas algo que se transforma e se diversifica ao longo do tempo e dos espaços. A “Educação Sexual”, portanto, deve levar em conta essa complexidade e buscar caminhar por lugares onde pode ser efetivada, mas só encontrará sua efetividade quando todos os setores envolvidos entenderem a sua extrema importância e derem ênfase para o tema, portanto, sem que a Escola perceba que é um dos espaços mais privilegiados para se discutir a sexualidade, sem que o Estado dê o suporte por meio de leis específicas e forneça capacitação aos profissionais da educação, só

veremos aumentar a lacuna que já existe entre a “Educação Sexual” que temos e aquela que realmente deveria existir.

Quando fomos atrás do enunciado “Educação Sexual”, partimos do seguinte pressuposto: que esse é uma unidade histórica e material, que pode ser descrita, analisada e comparada com outros enunciados, sem recorrer a uma intenção subjetiva ou a uma estrutura universal, nesse sentido, buscamos relacionar as ocorrências que por mais que tenham vindo de escolas diferentes, em tempos e espaços distintos, e constatamos que existiu em todas o desejo de que a sexualidade fosse convidada a ser discutida, mas sem efetividade.

Seria necessário reestruturar os documentos que norteiam a ação das escolas em relação à sexualidade, os planos de educação, os parâmetros e diretrizes, o currículo de referência, enfim, todos teriam que ser repensados buscando uma “Educação Sexual” que realmente fizesse parte do dia a dia dos estudantes, que pudesse ser encontrada no discurso e na prática, onde os professores não se sentissem intimidados a discuti-la como tema formativo, onde as famílias pudessem perceber que a escola não estaria tomando o seu direito de educar a partir de suas peculiaridades, mas a veria como uma aliada em busca de diminuir os casos tão alarmantes que são noticiados todos os dias como gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, abusos, entre outros.

Outra forte aliada a esse processo seria a própria Ciências Humanas que deveria tomar para si a discussão sobre a sexualidade dentro da sociedade, como essa foi e vem sendo encarada no decorrer dos anos, aliar História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Psicanálise e demais áreas para que possam dar suporte e respaldo teórico em busca de compreender os processos que foram percorridos até a sexualidade que entendemos hoje.

Alinhando as Ciências Humanas e a “Educação Sexual” que contribuem para a construção de uma cidadania crítica e participativa, que reconhece a pluralidade de identidades e saberes e que busca a transformação social, favorecendo o autoconhecimento e a autonomia dos estudantes, estimulando o diálogo, a reflexão e a tomada de decisões conscientes sobre suas vidas pessoais e coletivas.

O que ficou perceptível é que a escola é um dos espaços onde a sexualidade é constantemente problematizada, incitada e normatizada. A escola não apenas silencia ou reprime a sexualidade, mas também a produz e a gerencia, de acordo com os interesses e as demandas da sociedade.

A sexualidade é uma dimensão humana que envolve aspectos biológicos, antropológicos, psicológicos, sociais e culturais, e que se manifesta em todas as fases da vida.

Entendemos que a “Educação Sexual” é um direito de todos os estudantes, pois contribui para o desenvolvimento de uma identidade saudável, para a prevenção de doenças e gravidez indesejada, para o respeito à diversidade e para a promoção de valores como o cuidado, a responsabilidade e a autonomia. A escola é um espaço privilegiado para a que essa se efetive, pois permite o diálogo, a reflexão e a troca de experiências entre os alunos, os professores e as famílias.

Envolver a sexualidade nas aulas e atividades cotidianas deve ocorrer de modo transversal e interdisciplinar, abrangendo diferentes áreas do conhecimento e diferentes momentos do currículo escolar, também é importante adapta-la à faixa etária, ao contexto sociocultural e às necessidades dos alunos, respeitando suas singularidades e diversidades a fim de que as famílias percebam que não existe nenhum tipo de incitação ao sexo, mas prevenção e cuidado.

A pesquisa nos mostrou que estamos distantes de uma “Educação Sexual” efetiva e bem orientada nas escolas, mas acreditamos que só o fato de estarmos discutindo essa temática e levantando essa problemática já é um caminho na busca do que desejamos, uma escola plural, diversa, que amplie e os diálogos, acolha as diferenças, saiba lidar com as múltiplas realidades, corpos, vivências e identidades, uma escola que não veja na punição e interdição o seu real papel, mas que direcione aos seus estudantes os caminhos que podem ser percorridos, uma escola onde professores possam efetivar seu trabalho sem medo de represálias ou perseguição e onde os estudantes tenham voz e seus medos sejam acolhidos.

Enfim, acreditamos que tudo isso será possível no cenário da educação brasileira, desde que as leis sejam reformuladas, as escolas assumam o seu papel, os professores recebam formação necessária, o diálogo entre as famílias e as instituições de ensino possam se estreitar, as Ciências Humanas tomem para si também essa responsabilidade, assim como as demais áreas do conhecimento e que o acesso ao saber não seja limitado, mas norteado com auxílio de todos os personagens que fazem parte do contexto escolar.

Acreditamos que a “Educação Sexual” é de suma importância tendo em vista os inúmeros casos de homofobia, preconceito, bullying, questões relacionadas a abusos, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, não que ela irá solucionar esses problemas, mas será uma forte aliada, tendo em vista que seu papel é orientar e dar aos jovens e adolescentes a possibilidade de compreender melhor os seus corpos, as transformações que ocorrem, os desejos, os primeiros relacionamentos de maneira natural e não como o tabu que ainda impera em nossa sociedade. Esperamos que mudanças ocorram no cenário nacional, estadual e municipal e que possamos perceber as diferenças do ontem e do hoje, apesar destes

estarem intimamente ligados. A pesquisa não termina aqui, só eleva o seu patamar, toma nova forma e atores, seguimos firmes na espera de uma educação plural e emancipatória.

Esperamos ainda que novas pesquisas sobre o tema, inseridas no campo da educação escolar e demais ciências humanas, sejam realizadas, pois ele permanece como um problema de nosso tempo e como um objeto a ser pensado e problematizado.

## REFERÊNCIAS

BACK, Jeizi Loici. **Normatização dos corpos pela escola: uma análise da BNCC**. 2020. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR. 2020.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BIROLI, Flávia. História, discurso e poder em Michel Foucault. In: RAGO, Margarete; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

BONFIM, CR de S. Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidades. **Universidade Estadual de Campinas**, 2009.

BRASIL. **Caderno Escola sem Homofobia**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>>. Acessado em: 06 nov. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de **2001**. Aprova o **Plano Nacional de Educação** (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de **2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1997.

BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001. BRASIL.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BUENO, Rita Cassia Pereira. **A história da criação do papo jovem**: um projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio. 2017. 130 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

CABRAL, Priscila Paiva. **Responsabilidade de quem? O que pensam os pais de alunos do ensino fundamental sobre a educação sexual na escola**. 2017. 118 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu. 2017.

CENPEC. **Pesquisa Educação, Valores e Direitos**. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/pesquisa/pesquisa-educacao-valores-e-direitos>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

DELEUZE, Gilles (1986/2013). **Foucault**. São Paulo: Brasiliense.

DO SUL, MATO GROSSO. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS: Ensino Fundamental. **Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul**, 2008.

DO SUL, MATO Grosso. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS: Ensino Médio. **Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul**, 2008.

EDUCATIVA, AÇÃO. Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas. **São Paulo: Ação Educativa**, 2021.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Conquistas e Desafios das Educadoras e Educadores Atuantes em Educação Sexual: Subsídios Para A Formação Docente. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 30, n. 1, 2019.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009. 190p. p. 141-172.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, nov./ 2001. p. 197-223.

FOUCAULT, M. (2003b). **Poder e saber. Estratégia, Poder-Saber** (V. Ribeiro, Trad.) (pp. 223-240) Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1977).

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo. Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Traduzida por Luiz Felipe Baeta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

GAMA, Anailton de Souza. Livros de Ocorrência: da prática do Vigiar e Punir aos “recursos para o bom adestramento” publicado na **Web-Revista Discursividade**, v. 1, p.95-120, 2009.

GANDIN, Luís Armando. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: CONSTRUÇÃO COLETIVA DO RUMO DA ESCOLA**. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <[http://aulasprofeneusa.pbworks.com/w/file/44840259/6\\_Gandin.pdf](http://aulasprofeneusa.pbworks.com/w/file/44840259/6_Gandin.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

HATTA, Mariana da Silva. **Representações de estudantes e professores do Ensino Médio em uma escola de Parintins-AM sobre sexualidade: um olhar a partir do PCN - Tema Transversal Orientação Sexual**. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LINHARES, Tatiane Pina Santos. **Educar para sexualidade**: dialogando estratégias com professores/as do ensino médio. 2018. 139 f. Dissertação (Programa de Pós - Graduação em Educação e Diversidade/Pped) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina. 2018.

LOURO, G.L., **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado pedagogias da sexualidade**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Autêntica. Belo Horizonte: 2000.

MACHADO, Girlane Martins. **Dispositivo da orientação sexual**: uma análise de discurso a partir de peças educativas. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MARTINS, Alberto Magno Moreira. **Educação e diversidade sexual**: a (in) visibilidade nos planos de ensino da área de ciências humanas e suas tecnologias no ensino médio maranhense. 2016. 189 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Currículo de referência de Mato Grosso do Sul**: educação infantil e ensino fundamental / Organizadores Helio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande : SED, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Currículo de referência de Mato Grosso do Sul**: ensino médio / Organizadores Helio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande: SED, 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n. 2.791, de 30 de dezembro de 2003. **Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências**. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n. 4.621, de 22 de dezembro de 2014. **Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências**. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação, 2014.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação (PEE-MS) 2014**. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/pee-ms-2014.pdf>>. Acesso em: 25/07/2022.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Educação do Estado. Resolução/SED nº 3.280, de 17 de maio de 2017. **Aprova o Regimento Escolar das escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Secretária de Estado de Educação, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria Estadual de Educação. Referencial curricular 2012 Ensino Fundamental/ Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: 2012.

MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria Estadual de Educação. Referencial curricular 2012 Ensino Médio/ Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: 2012.

MATOS, Daniel Costa. **Sexualidade em debate: uma análise das rodas de conversas.** 2018. 136 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Nilópolis. 2018.

MEDEIROS, Jarles Lopes de. **A escola e os professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica de análise dos discursos e das práticas educacionais.** 2017. 183f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017.

MELO, Sandra Rabelo de. **Uma proposta mediadora de discussão sobre sexualidade no Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga.** 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Biologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. 2018. "**Genealogia - Michel Foucault**". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia.

NASCIMENTO, Elias Inaê; BEZERRA, Janaina Pereira Duarte. (RE)SIGNIFICANDO CONCEITOS: FORMAÇÃO CONTINUADA EM SEXUALIDADE E GÊNERO NA PRIMEIRA INFÂNCIA. **COLLOQUIUM HUMANARUM**, v. 15, n. Especial 2, p. 538–545, 2018.

NAVIRAÍ. **Plano Municipal de Educação (PME) 2015.** Disponível em: <<https://transparencia.navirai.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/PME-TEXT0-FINAL-2015-2025-1.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Luciana Henzel dos. **Educação Sexual no Ensino Fundamental: construindo uma unidade didática.** 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e

Matemática) Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

SAYÃO, Rosely/ Os problemas da informação sexual e o papel da escola/In Aquino Groppa Julio. / **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**/ São Paulo: Summus, 1997, p 97-105.

SPINELLO, Analice Horn. **Educação, sexualidade e políticas públicas:** das responsabilidades da escola e dos educadores. 2017. 78 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Frederico Westphalen. 2017.

VICENTE, Luciane da Silva. **A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental.** 2021. 348 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo. 2021.

VILELA, Gabriela Jaqueline Domingues. **Um estudo sobre representações de sexualidade e atitudes sexuais de adolescentes de uma escola pública:** análise-descritiva de grafitos em carteiras escolares. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2017.